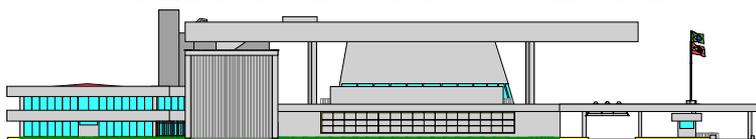


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 28 DE FEVEREIRO DE 2011

NÚMERO 6.253

**17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA**

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Volnei Morastoni
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Valdir Cobalchini
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ângela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Renato Hinnig
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Renato Hinnig
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Valdir Cobalchini
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenador: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2253 EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 007ª Sessão Ordinária realizada em 17/02/2011 2 Ata da 008ª Sessão Ordinária realizada em 22/02/2011 10 Ata da 002ª Sessão Solene realizada em 22/02/2011 20</p> <p>Publicações Diversas Extratos 22 Portarias 23 Projeto de Resolução 26 Resoluções 26</p>
--	--	---

P L E N Á R I O

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Nei Ascarí - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Expressa sua preocupação com as dificuldades no reinício do período escolar; pede a revitalização da malha viária estadual.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à expansão da Rigesa em Três Barras; menciona melhorias a serem feitas no planalto norte; reclama das condições da saúde pública.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Exalta o investimento da Rigesa no planalto norte.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Comenta a aprovação do novo salário mínimo; discorre sobre o problema da recuperação do vício das drogas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Parabeniza o deputado Ismael dos Santos pelo trabalho na recuperação dos adictos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Lembra trabalho realizado no oeste para prevenção e recuperação do uso de drogas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Coloca sua experiência no combate ao uso de drogas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta a disputa entre as corporações de bombeiros militares e voluntários de SC.

Partidos Políticos

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Defende a atuação dos bombeiros voluntários e mostra-se contrário à sobreposição de serviços; pede ação para resolver problemas dos rizicultores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Afirma não haver atacado os Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI (aparte) - Defende o trabalho dos Bombeiros Voluntários.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Solicita ao governo estadual estudos para a recuperação imediata da SC-283, trecho Chapecó/Mondaí; parabeniza os organizadores do Itaipu Rural Show.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Comenta visita de delegação de Araranguá reivindicando a permanência de pediatra na região.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Solidariza-se com a luta do deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Cumprimenta ações da Acilbac; sugere aumentar a

integração entre polícia e sociedade, através de programas de conscientização nas escolas.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Revela convite a autoridades da área de infraestrutura para fazerem um panorama da situação das rodovias no estado; elogia ação do governador Raimundo Colombo.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz apelo em prol dos rizicultores e dos fumicultores que passam por dificuldades.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Manifesta-se sobre os graves problemas enfrentados pelos rizicultores catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.
(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.
Com a palavra o primeiro orador inscrito, de n. 1.211, o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, bom-dia a todos.

Volto novamente a esta tribuna para me manifestar sobre alguns assuntos. Especialmente quero iniciar esta fala sobre as questões

envolvendo o setor da educação em Santa Catarina.

No início das aulas, é verdade, sempre há alguns transtornos, mas a quantidade de problemas no início das aulas em 2011, deputado Sílvio Dreveck, tem sido exagerada e preocupante.

Já nos manifestamos aqui sobre o problema da falta de material escolar e sobre a falta de professores. Hoje mesmo lemos a notícia de que alunos estão sem aulas por falta de professores. Segundo a Rádio Aliança, a EEB Olavo Secco Rigon, a maior do alto Uruguai catarinense, está com dificuldades neste início de ano em função da falta de professores. Uma nota divulgada pelos professores do educandário revela que a grande maioria das turmas ainda se encontra sem aula em diversas disciplinas. A ausência dos professores afeta praticamente todas as disciplinas, incluindo os cursos técnicos. Outra preocupação é com relação à qualidade do aprendizado e à ociosidade dos estudantes.

Por isso, mais uma vez voltamos a esta tribuna para fazer um apelo ao governador do estado, à secretaria da Educação, no sentido de que sejam contratados imediatamente todos os professores necessários. Não dá para ir chamando a conta-gotas porque quando as aulas têm início os professores precisam estar nas salas de aula.

Normalmente, a explicação dos problemas da educação, deputado Sargento Amauri Soares, é que faltam recursos financeiros.

Quando foi aprovada a mudança constitucional que estabeleceu o limite mínimo de 25% para a educação, tivemos um grande avanço nos municípios e nos estados. No entanto, esse percentual já se revela absolutamente insuficiente, prova disso é que muitos prefeitos já vêm executando percentuais superiores. Muitos deputados já foram prefeitos e tiveram essa experiência. Nós, quando fomos prefeito de Concórdia, nunca nos limitamos aos 25%.

Assim, protocolamos nesta Assembleia Legislativa uma proposta de emenda constitucional visando a alterar o mínimo constitucional de 25% para 30% no âmbito do estado. Não o fizemos no âmbito do município, obviamente, porque não está na competência da Assembleia Legislativa essa mudança. Tenham certeza absoluta todos os administradores de que a melhoria da educação só ocorrerá com o aumento dos recursos a serem aplicados.

Por isso, no curso da tramitação dessa emenda constitucional nesta Casa, pois é uma matéria que não deve ser votada da noite para o dia, deverá ocorrer um amplo debate, a fim de sensibilizar os parlamentares a aprovarem essa alteração constitucional, destinando mais recursos para o financiamento da educação em Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar.

Queremos aproveitar também este horário, sr. presidente, srs. deputados, para trazer a nossa preocupação com a infraestrutura estadual, especialmente no que diz respeito às rodovias. Nós temos rodovias federais importantes que estão passando por melhorias, outras, como a BR-470, necessitam urgentemente de duplicação, mas há também as rodovias estaduais que se encontram em estado lastimável de conservação. E isso, deputado Mauro de Nadal, já é do conhecimento do governo, do secretário Valdir Cobalchini. Assim, cabe-lhe fazer um plano de recuperação a médio e longo prazo, pois é preciso prever a revitalização das rodovias: recapeamento, novas sinalizações e revisão das pontes.

Trago, inclusive, a preocupação específica que nos foi manifestada pela comunidade de Piratuba, através de uma correspondência do prefeito municipal, solicitando ao governo do estado, através da secretaria de Infraestrutura - e nós transformamos isso em uma indicação -, a recuperação da ponte sobre o rio do

Peixe, na SC-462, na divisa entre os municípios de Piratuba e Ipira, eis que a falta de conservação tem causado transtornos à população. Há, inclusive, um inquérito civil público instalado pelo Ministério Público Estadual, por meio da promotoria da comarca de Capinzal, ou seja, há uma preocupação muito grande de todos aqueles que trafegam por aquela região.

Portanto, deixamos essa preocupação não só com relação a essa ponte, mas com toda a infraestrutura rodoviária estadual. Há casos que já se tornaram históricos, como, por exemplo, a recuperação do trecho da rodovia entre os municípios de Concórdia e Jaborá, ligando a SC-153 à BR-282. Temos também o caso de um trevo no município de Concórdia que já merece quase um livro. Refiro-me ao trevo do acesso ao distrito de Kennedy, que há mais de quatro anos foram dados os primeiros passos para a sua recuperação. E é uma pequena obra, que deveria ter sido concluída em 30 dias, 60 dias, mas que se encontra paralisada, necessitando de uma solução definitiva.

Portanto, esperamos que o governo do estado, especialmente o nosso companheiro Valdir Cobalchini, que assumiu recentemente a secretaria da Infraestrutura, possa com urgência dar andamento a essas questões, sob pena da trafegabilidade no estado ficar completamente comprometida no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente deputado Reno Caramori, srs. deputadas, srs. deputados, o que me traz a esta tribuna é um fato importante que começa a acontecer no planalto norte, mais precisamente no município de Três Barras, onde está sendo feito um investimento de aproximadamente US\$ 500 milhões. Ora, se em Joinville a General Motors investiu US\$ 300 milhões, vejamos o tamanho do investimento que está sendo feito em Três Barras.

Eu gostaria de parabenizar a direção da Rigesa, que vai duplicar a sua unidade em Três Barras e citar Aliomar Schmelzer, Haroldo Süssenbach, Etsuro Murakami e Antônio Tsunoda, que são pessoas que estão fazendo com que aquela obra seja iniciada. Aquela obra irá gerar aproximadamente três mil empregos para a cidade de Três Barras, município que tem aproximadamente três mil eleitores. Isso significa que temos um complexo muito grande sendo instalado no planalto norte.

Três Barras, para conhecimento, fica ao lado de Canoinhas, portanto, no planalto norte. Temos certeza de que esse investimento irá gerar riqueza, crescimento e desenvolvimento e fará com que as pessoas mais necessitadas tenham o seu emprego, tenham a dignidade de receber o seu salário no final do mês. Falando em salário, ontem foi aprovado o novo valor do salário mínimo, R\$ 545,00.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Queremos parabenizá-lo pelo pronunciamento, pois temos conhecimento de que v.exa. tem dado atenção especial ao crescimento do planalto, a todas as empresas, sobretudo à Rigesa. V.Exa. tem interagido, tem contribuído e a sua informação procede. Quer dizer, um investimento de US\$ 500 milhões é maior do que o investimento que a General Motors vai fazer no município de Joinville. Três mil postos de trabalho significam melhoria na

qualidade de vida da população e uma grande alavancagem no desenvolvimento não só de Três Barras, porque aquele município não terá mão de obra suficiente para atender a essa demanda, mas de Major Vieira, Monte Castelo, Canoinhas, Irineópolis, enfim, dos municípios vizinhos.

V.Exa., que é o legítimo representante daquela região - eu e o deputado Sílvio Dreveck às vezes damos uma passada por lá e também damos a nossa contribuição -, sabe que isso vai mudar, com certeza, a história de Três Barras e do planalto norte.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, pois a Rigesa, essa grande empresa, sem dúvida nenhuma vai gerar crescimento e desenvolvimento ao planalto norte.

Também quero referir-me à reunião realizada na Associação Comercial de Canoinhas, cujo presidente é Gilson Pedrasani. A reunião aconteceu na sexta-feira passada e contou com a presença ilustre do secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, que esteve vindo *in loco* os problemas do planalto norte, ouvindo as nossas reivindicações e também entregando a ordem de serviço para a reconstrução da barreira entre Canoinhas e Porto União, que caiu há um ano e na época não foram tomadas as devidas providências. Temos a certeza de que serão realizados excelentes trabalhos na nossa região, inclusive obras na BR-280, a recuperação da BR que vai de Canoinhas a Major Vieira, serão feitas ciclovias, será feita a recuperação do aeroporto de Três Barras. Nada mais justo que com um investimento de milhões de dólares o aeroporto seja recuperado.

Na verdade, no aeroporto de Três Barras já existe uma pista importante com 1.400m. É o aeroporto que dá toda a sustentação àqueles que necessitam do serviço de aviação na região norte. Agora, com a palavra dada pelo secretário de Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, temos a certeza de que o planalto norte vai estar bem servido.

Mas também gostaria de me reportar ainda à área de saúde. Na segunda-feira estivemos no município de Mafra com o secretário da Saúde, Dalmo Claro. Estivemos lá na Maternidade Dona Catarina Kuss fazendo um levantamento das suas necessidades básicas. Um secretário precisa conhecer os hospitais de Santa Catarina e fazer o levantamento da situação para tomar as medidas cabíveis.

A saúde, hoje, depende, sim, do governo federal, que não repassa a devida verba para a prestação dos serviços. A Emenda n. 29 não está funcionando ainda. Nós temos cortes no Orçamento, mas não temos destinação na área de saúde por parte do governo federal.

Esperamos que a presidente Dilma Rousseff olhe com carinho para a saúde deste estado e faça com que as verbas necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços cheguem e que a tabela do SUS seja reajustada. Um médico especialista recebe do SUS por uma consulta médica R\$ 6,00! Qual é o profissional que vai trabalhar por R\$ 6,00? Um engraxate cobra R\$ 5,00 para engraxar sapato! Temos que dar valor à saúde. Só vamos dar valor à saúde quando tivermos a recuperação da tabela do SUS.

O governo do estado de Santa Catarina tem como prioridade ajudar os hospitais filantrópicos, ajudar os hospitais que dão sustentação à saúde da população, principalmente no interior. E para isso estamos lutando junto ao governador Raimundo Colombo, a fim de fazer com que a economia desses dois meses de governo seja destinada, em grande parte, à saúde.

Gostaria de dizer aos catarinenses que temos grandes expectativas na área da saúde.

Como me reportei na terça-feira, precisamos da construção de um Centro de Atendimento aos Drogados, bem como de apoio àquelas entidades que já cuidam dos adictos.

Quantas famílias foram destruídas, quantas pessoas foram deixadas de lado, quantas mortes, quantos infortúnios ocorreram por causa da droga. Precisamos agir para que tenhamos condições de ajudar essas famílias que têm filhos dependentes, a fim de que se recuperem. Já sabemos que um terço das pessoas que usa *crack* diariamente morre após cinco anos de uso. O outro um terço se recupera.

Esperamos que as providências necessárias sejam tomadas com força neste mandato e que possamos ajudar a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, vou abordar mais uma vez a temática das drogas nesta manhã, mas não poderia deixar de fazer um preâmbulo sobre a questão do novo salário mínimo, deputado Valmir Comin, que foi aprovado ontem. Conversávamos há pouco, antes do início desta sessão, sobre essa temática.

Deputado Sargento Amauri Soares, o que me chamou a atenção foi apenas um fato. Eu, pelo menos, na minha modesta sapiência sobre salário mínimo, entendo que poderíamos ter chegado a R\$ 560,00, deputado Mauro de Nadal, mas foi aprovado o valor de R\$ 545,00 e, se não estou equivocado, por 376 votos a favor, 106 votos contra e sete abstenções.

Mas o que me chamou atenção nesse processo todo de votação do salário mínimo foi a participação das agremiações partidárias. Nós víamos, na época de Fernando Henrique, por exemplo, presente no plenário para fazer pressão por um maior salário mínimo a CUT - Central Única dos Trabalhadores. Mas a CUT nem apareceu lá ontem. A CUT não apareceu no plenário da Câmara dos Deputados, deputado Volnei Morastoni, quem lá apareceu foi a Força Sindical, que na época de Fernando Henrique não aparecia e sim a CUT.

Isso me leva a mais uma conclusão, deputado Darci de Matos: a falência do sistema partidário na democracia brasileira, a falência das ditas ideologias radicais. Queira Deus que eu esteja equivocado.

Mas preciso retomar aqui a questão das drogas e quero mais uma vez parabenizar o plenário, que ontem aprovou o requerimento para a instalação da Frente Parlamentar de Combate às Drogas.

Eu analisava hoje uma pesquisa muito interessante da USP - Universidade de São Paulo. A pesquisa foi feita durante 12 anos, foram acompanhados 107 usuários de *crack* em São Paulo, e alguns dados me chamaram a atenção. Daqueles 107 usuários acompanhados durante 12 anos, deputado Darci de Matos, 25% estão mortos, foram vencidos pelo *crack*, 12% estão atrás das grades, estão no sistema carcerário brasileiro. Estão fora da prisão apenas 20%, mas continuam dependentes.

E o que de fato me surpreendeu foi um dado interessante: dos 107 usuários de *crack* acompanhados durante esses 12 anos, 40% conseguiram superar o vício. Esta é uma boa notícia para todos nós: 40% dos usuários conseguiram superar o vício. Mas há um detalhe importante: desses 40% que conseguiram superar o vício, o uso do *crack*, todos passaram por internação, passaram por centros de reabilitação.

Isso nos traz um dado interessante, porque se derruba aqui o mito da irrecuperabi-

lidade. Muitas vezes até nós mesmos acabamos sendo vencidos por esse mito. Achamos que não há jeito, que ninguém consegue superar a droga, que é um caminho sem volta. E este dado traz um alento: 40% dos drogados acompanhados pela pesquisa conseguiram superar as drogas passando por um regime de internação. Isso é muito bom. É muito positivo ouvirmos essa informação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. deputado, quero associar-me ao seu pensamento, ao seu pronunciamento, à sua atitude sobre a criação de uma Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas aqui na Assembléia Legislativa.

V.Exa. mantém uma casa de recuperação há 12 anos e ajuda efetivamente as pessoas, pois convive com o problema. Não mantenho casa de recuperação, mas minha esposa trabalha no Projeto Porto Seguro, em Joinville, há mais de 20 anos, instituição que encaminha os moradores de rua para recuperação. Assim, estão tentando dar dignidade às pessoas.

Ouvimos relatos todos os dias. Realmente a droga é o mal deste século, é a grande encruzilhada da sociedade. Sabemos que 80% dos crimes são oriundos do uso de droga e o índice de recuperação surpreende-me. Por isso temos que fazer uma verdadeira cruzada para enfrentar esse problema e a notícia veiculada na revista *Veja* deixa-nos desanimados, pois Fernandinho Beira-Mar, o maior traficante do país, mesmo atrás das grades comanda o tráfico. Isso é uma vergonha. As leis têm que ser mais rigorosas, sobretudo com os traficantes.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Nobre deputado, criamos um Fórum Permanente de Combate e Prevenção às Drogas. Nesse fórum que constituímos convidamos as instituições de ensino superior, todas as organizações não-governamentais, os poderes públicos e traçamos um planejamento, no qual previmos, inclusive, a necessidade de as universidades pesquisarem mais sobre o tema, de existirem mais programas de extensão e pesquisa. Também identificamos que a secretaria estadual da Educação precisaria ter um programa de prevenção continuado no conjunto do ensino médio e não ações pontuais apenas.

Além disso, esse fórum permanente, que agora vai ter continuidade com a vereadora que ficou em meu lugar, também previa a construção de clínicas públicas de recuperação, uma vez que não temos esse atendimento, inclusive às mulheres. Em nossa região há atendimento para os homens nas clínicas de recuperação, mas não para as mulheres dependentes.

Então, gostaria de socializar essas ações porque também gostaríamos de fazer parte desse fórum e somar esforços, uma vez que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que presido, com certeza tem afinidade com esse tema e devemos trabalhar articulados.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Grato, deputada Luciane Carminatti, seja bem-vinda a essa frente.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço o deputado Maurício Eskudlark, que é um especialista na área a partir de sua vivência na Polícia Civil.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Vejo que v.exa. é um grande lutador e incentivador do combate às drogas. Muitas famílias sentem-se desestimuladas quando o problema é o *crack*, porque o tratamento para dependentes de outras drogas tem demonstrado uma maior facilidade de recuperação.

Então, acho importante a divulgação desses dados e desse trabalho porque vai incentivar muitas outras famílias e, inclusive, muitos dependentes a buscar a cura. Há uma mistificação de que a cura do viciado em *crack* é quase impossível. É preciso mostrar que existe a possibilidade de recuperação. Conheço casos de recuperação e a divulgação desses dados vai ajudar muito no trabalho das famílias que combatem esse mal.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, deputado.

De fato é um dado científico conseguido a partir da Universidade de São Paulo e isso realmente traz um alento, ou seja, saber que 40% de usuários, durante 12 anos, foram recuperados desde que internados.

Isso também mostra a necessidade, o desafio do investimento do governo do estado em clínicas, nas organizações não-governamentais, deputada Luciane Carminatti, no sentido de que tenhamos mais vagas, mais espaço e a valorização dos profissionais que buscam reabilitar dependentes químicos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores deste Poder, pessoas que estão aqui nos acompanhando diretamente ou através da Rádio AleSC Digital e da TVAL, ontem, já quase no final da sessão, falou-se da instalação do Corpo de Bombeiros Militares na cidade de São Francisco do Sul como se fosse uma atitude ruim. Uma das pessoas que falou sobre essa questão foi o deputado Reno Caramori, que preside esta sessão.

Eu não tinha mais como me inscrever para falar no dia de ontem, porque já havia esgotado a minha cota e não quis também pedir aparte para não correr o risco de, talvez, estabelecer aqui um pinga-fogo, mas sem a possibilidade de argumentação.

Mas eu quero fazer algumas considerações a respeito dessa questão, porque considero importante e digna de aplausos a instalação do Corpo de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul, não obstante exista na cidade há 35 anos, conforme se falou e é fato, o Corpo de Bombeiros Voluntário.

Não quero e não vou entrar em brigas pontuais, até porque nessas questões os dois lados têm as suas razões e os seus argumentos. Mas é preciso parabenizar o Corpo de Bombeiros Militar, o governo do estado e o poder municipal que estão investindo mais na defesa do povo de São Francisco do Sul. Não é possível que se faça uma guerra porque se está investindo na cidade, a menos que a briga seja pelos recursos públicos para o trabalho do Corpo de Bombeiros.

É preciso também dar alguma explicação para a sociedade, para que ela saiba quantos bombeiros existem no estado de Santa Catarina. E dá para identificar isso pelo nível do trabalhador nessa área, pelo nível do prestador de serviço, do funcionário, da pessoa que presta o serviço. Pelo menos, há quatro tipos de bombeiros no estado de Santa Catarina: um é o Corpo de

Bombeiros Militar, que foi desmembrado da Polícia Militar de Santa Catarina, mas que também tem a sua tradição de décadas de serviços prestados; outro é o chamado BCP, que é um profissional contratado pelo município, pelo poder público municipal, e que trabalha junto com o Corpo de Bombeiros Militar - em muitas cidades há um, dois, três, quatro, cinco bombeiros estaduais militares e o município agrega lá mais alguns profissionais que são treinados e atuam sob a coordenação, sob o comando do Corpo de Bombeiros Militar; o terceiro é o cidadão voluntário, aquela pessoa que nas horas livres vai ajudar o Corpo de Bombeiros ou o Corpo de Bombeiros Militar, e o quarto tipo ao qual vou-me referir agora.

Há o bombeiro chamado de bombeiro voluntário, aí se cria uma grande confusão porque se denomina voluntário muita coisa. Os Corpos de Bombeiros Voluntários ou os bombeiros voluntários, como se fala, são, na verdade, grupos de direito privado. Chama-se de voluntário, mas o suporte estrutural do serviço permanente não é voluntário, é profissional privado contratado pela CLT.

Então, poderíamos dizer que é uma empresa privada. Como é que esses grupos sobrevivem? De doação, de subvenções sociais públicas, de isenções fiscais de empresas que investem e ficam livres do pagamento de outros tributos e taxas e, como já disse, contratam servidores pela CLT.

Pode-se discutir muita coisa a respeito de todos esses debates no estado de Santa Catarina. Objetivamente, queremos colocar algumas questões sobre alguns pontos: somente o Corpo de Bombeiros Militar, profissional, por ser uma instituição pública, pode realizar os serviços importantes e necessários de fiscalização, de concessão de licenças e alvarás, assim como só o bombeiro militar pode atuar. Isso é constitucional.

Então, se não temos divergências com relação a isso, todas as outras questões podemos discutir. Esses grupos de bombeiros privados que se chama também de voluntários podem e devem fazer muita coisa em benefício da sociedade, mas infelizmente não têm o poder de agir na hora de fiscalizar, de conceder licença, alvará e na hora de atuar.

Portanto, nessas cidades quando se precisa do "habite-se" de um prédio, por exemplo, é necessário que o bombeiro de outra cidade vá lá para conceder e, portanto, está lá o Corpo de Bombeiros Militar em São Francisco do Sul, que é uma cidade importante, uma cidade portuária. E o estado de Santa Catarina pode e deve trabalhar juntamente com outro tipo de bombeiro, com o Corpo de Bombeiros Voluntários na cidade de São Francisco do Sul, sem nenhuma dificuldade.

Quanto ao debate, podemos fazer porque há voluntário que vai trabalhar junto com o bombeiro militar, pois o chamado bombeiro voluntário não é totalmente voluntário; ele diz que é, mas não é. São pessoas que têm um contrato com uma empresa, um grupo privado de bombeiros, que são financiados, como falei, a maioria, por recursos da fonte pública - e isenção fiscal também é fonte pública. Evidentemente, via de regra os profissionais desses grupos recebem um salário bastante baixo em relação à importância do trabalho que fazem.

O modo de vida deles é aquele, a profissão deles é ser bombeiro voluntário e recebem um salário muito baixo, mais baixo ainda do que o bombeiro militar, de cujo salário vivemos reclamando, porque arriscam a própria vida em defesa da sociedade.

Portanto, é preciso debater essa questão aqui. Eu levei um tempo bem grande para debater esse assunto, achava que gastaria apenas a metade do tempo e foi quase o tempo inteiro. Mas quero discutir outro assunto importante, também relacionado com o serviço público, que é a saúde.

Falou-se aqui de educação, de combate às drogas, tudo com relação à necessidade de aporte de recursos públicos para atender as pessoas.

O *Diário Catarinense* noticiou ontem a situação da Emergência do Hospital Regional de São José. Estão internados no hospital 60 pacientes e agora estão dizendo que não há mais condições de atender ninguém, a ponto de avisarem as ambulâncias do Samu e os bombeiros para não levarem mais pacientes para o hospital.

O deputado Nilson Gonçalves falou muito bem ontem, quando disse que os bombeiros já nem gostam de levar o paciente porque eles perdem a maca, a maca vira uma cama do hospital, e não podem continuar trabalhando. Então, os funcionários que trabalham na Emergência do Hospital Regional de São José disseram que não há mais condições de levar pacientes para lá. Mesmo que estejam morrendo, têm que ser levados para Santo Amaro da Imperatriz e para São Pedro de Alcântara, porque lá não dá mais.

Hoje, uma página inteira também do *Diário Catarinense* trata da alimentação do Hospital Regional de São José, e isso pode generalizar os serviços dos hospitais públicos da Grande Florianópolis e os serviços públicos em geral. Naquele hospital acharam 100kg de carne podre no refrigerador. Os funcionários denunciam, e com razão, a qualidade dos serviços prestados por uma empresa privada que há mais de dez anos fornece a alimentação para aquele nosocômio.

Começou a piorar a saúde em qualidade, nos últimos quatro anos, nos hospitais, o respeito à saúde dos pacientes, porque a alimentação agora é organizada em série como se fosse uma produção de mercadoria, de coisas. E cada paciente tem que ter uma dieta diferenciada, o que é uma coisa elementar. Eu não sou médico, não sou da área da saúde, mas entendo disso. O paciente que deveria comer só carne branca está comendo carne vermelha e gordurosa, porque é feito igual para todo mundo no hospital.

Evidentemente que não deu tempo de esgotar esse assunto, mas vamos voltar a essa questão porque as cozinhas dos hospitais foram privatizadas, assim como as lavanderias. Nós já falamos disso desta tribuna nos últimos anos e voltaremos a falar na próxima semana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, desejo falar aqui, rapidamente, sobre três assuntos. O primeiro diz respeito ao pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares. Com todo o respeito que tenho por v.exa., deputado, quero divergir da posição que externou da tribuna a respeito dos Bombeiros Voluntários de Santa Catarina.

A minha posição e de alguns deputados deste Parlamento, inclusive do presidente em exercício, deputado Reno Caramori, é de defesa aos Bombeiros Voluntários e aos Bombeiros Militares. V.Exa. defendeu os Bombeiros Militares e fez críticas aos bombeiros voluntários. Eu respeito, mas divirjo e explico por quê.

Os Bombeiros Voluntários de Joinville, a maior cidade de Santa Catarina, têm 120 anos. A cidade cresceu e transformou-se no maior município catarinense, sendo vistoriada pelos Bombeiros Voluntários. Recentemente, criou-se um conflito com a argumentação de fragilidade jurídica, e há algumas Adins proibindo os Bombeiros

Voluntários de realizarem vistorias para liberar alvará. Ou seja, durante 120 anos os Bombeiros Voluntários fizeram as vistorias, a cidade cresceu, transformando-se na maior cidade do estado e agora não pode mais.

Todos nós sabemos que há uma rixa, uma briga, uma divergência que não leva a lugar algum, porque as duas corporações são importantes, deputado Sargento Amauri Soares, não somente os Bombeiros Militares.

Eu quero defender os militares e os voluntários, mas não posso permitir, deputado Sargento Amauri Soares, com todo o respeito que tenho por v.exa., que em 113 municípios de Santa Catarina não haja bombeiros, seja militar, seja comunitário ou voluntário, e que os militares queiram instalar-se em São Francisco do Sul, sendo que lá já existem os Bombeiros Voluntários. Isso é uma irracionalidade! Isso não é correto, é um absurdo, uma duplicidade.

Os militares são excepcionais, mas se eles começarem a atuar em cima dos voluntários, teremos problemas na Assembleia. Na comissão de Finanças e Tributação, da qual faço parte, trabalharei para vetar doação de terrenos para os militares, quando eles desejarem instalar-se onde haja voluntários. Não estamos falando mal dos militares, nós os defendemos, pois são importantes, mas eles não podem querer acabar com os voluntários, atuar em cima dos voluntários. Nós vamos trabalhar para não permitir essa duplicidade, essa irracionalidade e desperdício de dinheiro público. Essa é a minha posição. E não é somente em Joinville que há Bombeiros Voluntários. Há em Caçador, Jaraguá do Sul e em outras cidades de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, eu não vou tomar muito do seu tempo, só quero dizer que não falei mal dos Bombeiros Voluntários, apenas esclareci que o trabalho lá não é voluntário, pois são profissionais contratados pela CLT, que ganham um salário muito baixo para a importância do serviço que fazem. Então, eu não falei mal.

A discussão que ocorre aqui é sobre qual o poder que cada corporação tem. E nós estamos falando da Constituição Federal de 1988. A investidora pública só o servidor público tem. É esse o debate.

Há 120 anos foi construída a maior cidade de Santa Catarina, que é Joinville. Roma também foi construída sem bombeiro, se fomos estudar a história daquela época. Nós estamos falando de concepções, de conceitos jurídicos que estão em vigência no Brasil de hoje. Talvez essa seja a polêmica. O bombeiro voluntário é o bombeiro privado, que eu acho que é o conceito mais correto para explicar o que ele é exatamente. Na realidade, é uma empresa, é um grupo privado contratado pela CLT e não somente o trabalho voluntário. A maioria do serviço não é realizado por voluntário, mas por profissional que recebe por isso, que é contratado. Ele, evidentemente, tem a sua importância. Agora, não pode haver esse choque e essa intenção de um substituir o outro. Só o profissional competente, servidor público, de investidora pública pode fazer isso. Nós estamos falando dentro da legislação vigente no Brasil. Então, se esse é o debate e um dia nós o faremos.

De qualquer forma, não se trata de falar mal do Bombeiro Voluntário. Trata-se de falar dos fatos da forma como eles são. E essa é a minha forma de entender.

Parabenizo v.exa. e agradeço o aparte. Continuaremos o debate, com certeza, em todas as comissões.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado Sargento Amauri Soares, acho que não é bom para Santa Catarina e para os militares que comparemos o orçamento, os gastos e os custos de cada corporação de bombeiros.

Dentro dos Bombeiros Voluntários realmente há uma parcela que é voluntária, que cumpre duas jornadas, uma na empresa e outra nos bombeiros, e outra que é contratada pela CLT. No entanto, quanto aos custos, a diferença é monstruosa. Não vamos aqui fazer comparações. Tramitam nesta Casa PECs de autoria deste deputado, do deputado Valdir Cobalchini e do deputado Reno Caramori, cujo relator é o deputado Joares Ponticelli, que dão consistência jurídica aos Bombeiros Voluntários, porque sabemos que existe uma briguinta. Ora, durante mais de 100 anos fizeram as vitórias e agora existe essa arguição provocada pelos Bombeiros Voluntários na Justiça.

Mas faça um apelo ao deputado Joares Ponticelli, deputado Silvio Dreveck, no sentido de que possamos debater e, quem sabe, aprovar essa PEC, para darmos consistência jurídica aos Bombeiros Voluntários para que eles possam legalmente realizar vitórias.

Que os voluntários cumpram, deputado Carlos Chiodini, a tarefa que executam há mais de 100 anos, e que os militares cumpram o seu papel excepcionalmente bem nos municípios onde já atuam e naqueles onde ainda não existe corporação alguma.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado, seu pronunciamento é oportuno e como agentes públicos, como legisladores estaduais temos o dever de fazer com que as políticas públicas sejam aplicadas. E uma delas é a legitimação do trabalho dos Bombeiros Voluntários, que historicamente fazem um trabalho exemplar em todo o estado de Santa Catarina.

Somente o Brasil, na América Latina, tem Corpo de Bombeiros Militar. É uma prática pouco usada em todo o mundo. É importante viabilizarmos o trabalho dos Bombeiros Voluntários, que prestam um excelente serviço e de forma muito mais econômica.

O Sr. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Carlos Chiodini.

Sr. presidente, desejo rapidamente fazer menção à carta de uma agricultora, que se chama Carmem e é de Jaraguá do Sul, deputado Carlos Chiodini, que tem o seguinte título: Agricultura Falida. Trata-se da esposa de um rizicultor, deputado Dirceu Dresch, que coloca o drama que vivem os rizicultores de Santa Catarina.

E aí fazemos um apelo ao governo federal, no sentido de que garanta um preço mínimo compatível, para evitar a falência dos rizicultores de Santa Catarina, deputado Neodi Saretta.

Amanhã, às 9h, deputado Carlos Chiodini, eu, o deputado Kennedy Nunes e o deputado Silvio Dreveck estaremos presentes a uma manifestação dos rizicultores no município de Massaranduba, que procuram chamar a atenção das autoridades públicas, sobretudo federais, para a sua crítica situação. Segundo a agricultora Carmem, de Jaraguá do Sul, em 2004 os rizicultores venderam a saca de arroz por R\$ 38,00 e hoje estão vendendo por R\$ 20,00. E os preços dos insumos? Dos equipamentos? Não há como o rizicultor deste país, com essa política pública, resistir! Contra fatos não há argumentos. E esse é um fato lamentável.

Sr. presidente, quero concluir enaltecendo a atitude de grande sensibilidade social do governador Raimundo Colombo, que

isentou da cobrança de ICMS os medicamentos para quimioterapia. São 20 mil pessoas em tratamento que serão beneficiadas, pessoas com grandes dificuldades financeiras.

Gostaria de dizer ainda que o nosso governo está estudando a possibilidade de dar um benefício fiscal para o pão francês e o feijão. E aí eu quero propor ao governo que também estude a possibilidade de conceder um benefício fiscal para o arroz. Quem sabe o governo do estado, juntamente com o governo federal, também possa dar a sua contribuição.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Darcy de Matos. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nesta semana estamos protocolando, neste Parlamento, uma indicação endereçada a sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, ao secretário de Infraestrutura e também ao presidente do Deinfra, solicitando estudos e a recuperação imediata da SC-283, mais precisamente o trecho que vai do município de Chapecó até o município de Mondaiá. Essa estrada constituiu-se, basicamente, no único meio de acesso a vários municípios, tais como Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Águas de Chapecó, São Carlos, Palmitos, Caibi, Riqueza e Mondaiá.

Não podemos esquecer que já foi inaugurado o acesso asfáltico de São Carlos até Cunhataí. Então, por linha asfáltica, Cunhataí depende também da SC-283. Assim, vejamos o tamanho da importância dessa rodovia para aqueles municípios. Sem falar também que a SC-283 se constitui num pequeno corredor turístico, pois lá se localizam águas termais, que oferecem oportunidade de lazer não somente às pessoas que residem naquelas imediações. Podemos perceber, principalmente neste verão, o grande fluxo de visitantes da Argentina, do Uruguai, do Paraná e do Rio Grande do Sul, dado o potencial turístico da região.

No entanto, hoje há bastante dificuldade de acesso em função das condições da SC-283, muito embora reconheçamos toda a preocupação que teve o ex-governador Luiz Henrique da Silveira com a nossa região, levando oportunidades aos pequenos municípios, viabilizando acesso asfaltado a inúmeras cidades que estavam na poeira, na lama.

Podemos citar, inclusive, o acesso à Ilha Redonda, que foi asfaltado e está servindo como um dos principais pontos turísticos da nossa região. Cito também os acessos aos municípios de Cunhataí e Santa Terezinha do Progresso; à Linha Becker, no interior do município de Itapiranga, berço da Oktoberfest do extremo oeste catarinense; e a Tigrinhos e São Miguel da Boa Vista.

Nós sabemos dessa preocupação, mas temos - e esse também é o entendimento do nosso secretário de Infraestrutura e do nosso governador - que direcionar nossos estudos e concentrar os recursos do governo catarinense para que sejam recuperadas essas SCs que ficaram em segundo plano. Elas tiveram, basicamente, um tapa-buraco ao longo de todo esse período, porque toda a concentração financeira foi direcionada aos acessos aos municípios que ainda não os possuíam. Mas agora temos que voltar o nosso trabalho para recuperar essa malha viária.

Nos últimos anos, sras. deputadas e srs. deputados, e SC-283 foi a única meio via para locomoção de máquinas pesadas, equipamentos e

materiais para a construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó. É uma obra importante e não queremos aqui discutir se ela deveria ou não acontecer. Ela já aconteceu, está lá. Foi inaugurada, já está em funcionamento e gerando 450MW de energia, com uma possibilidade de chegar a 855MW. É energia de montão! É energia que supera muitos investimentos em outras hidrelétricas já colocadas em nosso país e é muito importante para a região.

Mas a verdade é que o tráfego de máquinas e de equipamentos acabou ocasionando um desgaste muito grande na pista de rolamento daquela SC. Essa é a razão das dificuldades que hoje a população da região enfrenta naquela rodovia, quer seja para se deslocar a Chapecó ou para chegar ao Rio Grande do Sul.

Por isso é que a região está fazendo essa reivindicação; por isso é que as associações comerciais de vários municípios da região estão fazendo moções e encaminhamentos solicitando que intervenhamos junto ao governo catarinense, sensibilizando-o para a necessidade e para a importância da recuperação imediata da SC-283. Até porque, lendo o *Diário Catarinense* ou *A Notícia*, que são os jornais estaduais que circulam em nossa região, causa um pouco de estranheza para as pessoas que estão no extremo oeste ver que não consta como prioridade, nesse início de governo, a recuperação daquela SC.

Os municípios fizeram investimentos consideráveis no momento em que a hidrelétrica foi construída, pois tiveram que se preparar para receber empregados que vieram de vários pontos deste país, ou seja, fizeram investimento na área da saúde, da educação e da infraestrutura. Mas hoje estão sendo penalizados com a falta de um acesso digno para que os agricultores e as indústrias lá instaladas possam escoar a sua produção, mas também para que sirva como uma passarela para o desenvolvimento turístico da nossa região.

Assim, a nossa indicação tem o sentido de solicitar que o governo do estado eleja como prioridade a recuperação da SC-283, no trecho entre Chapecó e Mondaiá.

Somente o município de Águas de Chapecó tem um retorno em *royalties*/ano estimado em R\$ 350 mil, a partir do momento em que a hidrelétrica estiver funcionando com sua capacidade total. Na verdade, já está recebendo retorno, porque ele começa a ser gerado após 60 dias da comercialização da energia.

Então, Águas de Chapecó e os municípios às margens do rio Uruguai, aqueles atingidos diretamente pela barragem, já estão recebendo o retorno financeiro. E o estado catarinense, a exemplo do Rio Grande do Sul, também já recebe a sua cota de participação. Dos 45% devidos, 22,5% vem para o estado catarinense e 22,5% vão para o estado do Rio Grande do Sul.

Se não me falha a memória, no ano passado ou ano retrasado o deputado Romildo Titon protocolou nesta Casa um projeto de lei que permitia o repasse financeiro desses 22,5%, no caso específico da Hidrelétrica de Foz do Chapecó, para os municípios impactados. O projeto parece que foi arquivado, mas entendo que deve ser retomada a discussão neste Parlamento, até porque, dados os investimentos que os municípios tiveram que suportar, nada mais justo que nos dois primeiros anos, após a entrada em funcionamento da hidrelétrica, possam ser recompensados.

Então, trabalhando dessa forma, percebemos que o Parlamento catarinense contribuirá de forma significativa para que os municípios retomem a dignidade que tinham no período anterior à instalação da hidrelétrica, pois ficarão em condições de receber as pessoas que para se dirigirem como turistas.

Outro fato que me traz à tribuna, nesta manhã de hoje, é para parabenizar a Cooperativa Regional Itaipu, de Pinhalzinho, pela realização do Itaipu Rural Show, do dia 26 ao dia 29 de janeiro.

Conversando com Comissão Central Organizadora e com o próprio presidente da cooperativa, Arno Pandolfo, soubemos que, dos eventos realizados, esse foi o maior e o melhor. Contou com a presença do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, além da participação de 248 expositores. Foram 215 as caravanas provenientes de vários municípios catarinenses, mas também do Rio Grande do Sul e do Paraná, com o único e exclusivo objetivo: buscar novas tecnologias e novas oportunidades para melhorar a renda e a qualidade de vida das pessoas que dependem única e exclusivamente da agricultura e do agronegócio.

Foram ministradas 60 palestras em apenas quatro dias, tamanho o interesse da Cooperitaipu em levar oportunidades ao nosso agricultor.

Eu tive a oportunidade de conversar com inúmeras pessoas que estiveram no evento - e lá esteve também a deputada Luciane Carminatti e o deputado Dirceu Dresch - e de ver a satisfação delas em observar a sua cooperativa preocupada com o seu dia-a-dia e com o seu futuro. Porque inúmeras feiras acontecem no estado Santa Catarina, todas elas com as suas peculiaridades, mas essa teve única e exclusivamente a função de levar oportunidade e conhecimento aos nossos agricultores.

E da mesma forma foi o CDA da Cooperalfa, realizado há poucos dias. O que impossibilitou a presença dos nobres pares foi o fato de ter coincido com a posse neste Parlamento. E esta foi a tristeza do nosso presidente Romeu Bet - e ontem conversei com ele: que não pôde contar com a presença significativa e importantíssima dos parlamentares naquele evento.

Então, o público em geral não teve acesso àquele evento, a exemplo do que se permitiu lá no evento de Pinhalzinho, em que mais de 43 mil pessoas tiveram a oportunidade de participar. Mas ambos, com as suas especificidades, puderam transmitir aquilo que era o essencial: conhecimento e oportunidade aos nossos pequenos agricultores que já têm no seu dia-a-dia a marca do trabalho incessante e que já acontece no clearar do dia. E com certeza mesmo sendo já 22h ou 23h ainda está lá o agricultor em pé, labutando, trabalhando, sofrendo e torcendo para que o tempo ajude, porque sem o benefício do tempo nada se produz, nada se constrói no campo. E é bom quando se percebe que as cooperativas estão atendendo naquilo que é a sua finalidade, que é melhorar a vida do nosso agricultor.

Muito obrigado pela atenção, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no dia de ontem estive esta Casa uma delegação de vereadores de Araranguá que, acompanhada de outras lideranças locais e dos deputados Manoel Mota e José Milton Scheffer, participou de uma audiência com o secretário estadual da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira. O motivo da audiência: a reivindicação de que o dr. Christian, um cirurgião pediátrico que foi aprovado na sua especialidade num concurso da secretaria estadual de Saúde permaneça trabalhando no sul do estado, nos

hospitais de Araranguá e no Hospital São João Batista, de Criciúma, ao invés de ser designado para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, na capital.

Eu disse ao Eduardo (Chico) Merêncio, vereador do PT que acompanhava essa delegação, que a comitiva da Câmara de Vereadores de Araranguá estava absolutamente correta nessa reivindicação e que, inclusive, a comitiva poderia dizer ao secretário estadual da Saúde que ela contava com o total apoio de nossa parte e da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa nesse pleito. E que, inclusive, em breve a comissão de Saúde estaria em Criciúma, no Hospital São João Batista, realizando uma audiência pública regional - então incluindo também a região de Araranguá - para debater justamente essa questão da pediatria de alta complexidade em nosso estado.

Esse caso que eles estão reivindicando é um exemplo vivo do que nós vamos tratar nessa audiência pública. Esse cirurgião pediátrico, ao invés de ser lotado na capital, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, que é um hospital referência no atendimento pediátrico em todo o nosso estado e também para alta complexidade, que ele fique no sul do estado, porque isso estaria promovendo a descentralização dos serviços e a interiorização do médico, dos profissionais da saúde.

Esse é um dos nós do novelo da Saúde, este é um dos fios da meada que precisamos desenrolar nesta Casa e com a secretaria estadual de Saúde, dentre os vários nós que causam estrangulamentos na saúde catarinense. Porque essa descentralização de profissionais, principalmente do médico, que é uma interiorização, na verdade, vai permitir que esse profissional fique mais próximo da comunidade com a qual também já tem um vínculo afetivo e uma ligação profissional. Quer dizer, as nossas crianças que necessitam dos profissionais, dos especialistas, precisam que esses profissionais estejam mais próximos de onde elas moram no estado.

Então, essa facilidade é muito importante e ao mesmo tempo propicia uma humanização do atendimento, que é um direito conquistado.

Como médico pediatra tive a felicidade de participar dessa luta no final da década de 70 e durante boa parte da década de 80, quando lutamos pela humanização do atendimento médico-hospitalar, pela hospitalização das crianças de tal forma que pudessem ter ao seu lado a presença da mãe, do pai. Sabemos que esse é o melhor remédio e vale muito mais do que o soro, do que o antibiótico, já que a criança, tendo ao seu lado a mãe, recupera-se muito mais rapidamente, humanizando, assim, o sistema.

Então, o que parece simples, essa reivindicação dos vereadores de Araranguá, é um dos pontos mais importantes para debatermos na saúde.

Uma pesquisa recente do Ipea, em relação ao SUS no Brasil, traz justamente essa questão do acesso como o primeiro problema, o mais importante. Há até uma satisfação dos usuários do SUS quando conseguem ser atendidos e a maioria está satisfeita com a qualidade do atendimento dos serviços. Mas o acesso é o maior problema. Aí entra um assunto de grande importância para debatermos no estado.

Em cada um dos municípios a estratégia da saúde da família, que antigamente era chamada de PSF - Programa de Saúde da Família - e hoje foi convertida em ESF - Estratégia de Saúde da Família -, é uma grande porta de entrada e estabelece uma primeira relação com a comunidade, facilitando o acesso. Para proporcionar mais acesso temos que ter mais profissionais atuando na saúde. Essa interiorização é fundamental e o grande debate será o plano de carreira do estado para o médico.

O deputado Dado Cherem protocolou nesta Casa uma PEC que, com certeza, trata de um tema importante.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Nobre deputado, desejo parabenizá-lo e acredito que esse tema deve ser levado ao secretário da Saúde, que tem-se mostrado muito sensível em relação a essas questões.

Ontem, conversei com um médico especialista, de Chapecó, que vem à capital cumprir carga horária num hospital, mas gostaria de exercer sua especialidade no Hospital Regional de Chapecó.

Então, é importante que a secretaria da Saúde elabore um levantamento para que possamos manter esses profissionais no interior do estado com condições de trabalho.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Nobre deputado, é oportuna a sua manifestação porque faremos audiências públicas em Criciúma, Lages e Chapecó, onde poderemos discutir esse tipo de situação em regiões do estado. Tenho certeza de que esse assunto contará com a sensibilidade do secretário da Saúde, que atenderá esses pleitos importantes.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Gostaria de parabenizá-lo pela oportunidade de presidir a comissão da Saúde e ao mesmo tempo falar da minha satisfação de fazer parte dessa comissão.

V.Exa. teceu comentários sobre um tema importante, que é a questão da pediatria no estado de Santa Catarina. Ontem, recebemos em nosso gabinete os deputados Manoel Mota, Ada De Luca e José Milton Scheffer, que procuravam v.exa. para conversar sobre o concurso, na Grande Florianópolis, para médico pediatra. Há necessidade desse atendimento, dessa especialidade no sul. O secretário se comprometeu a estudar a possibilidade, do ponto de vista jurídico, e a flexibilidade da legislação, mas realmente há necessidade e precisamos buscar uma adequação. Enquanto muitos profissionais procuram os grandes centros, alguns preferem ficar no interior do estado, por isso temos que buscar um encaminhamento junto à secretaria para resolvermos esse problema.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Penso que o secretário da Saúde terá bom-senso para analisar esse assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público aqui presente, ontem tive a oportunidade de participar de um evento da Associação Empresarial de Balneário Camboriú e Camboriú - Acibal -, que é presidida pela empresária Magda Bez e conta com o apoio de todos os associados, especialmente, de Matias Fidelis, para o lançamento da revista daquela entidade.

Nós ficamos felizes em ver mais essa realização da Acibal e esperamos que muitas outras associações do estado estejam preparando-

se para eventos importantes, como a Copa do Mundo. Mesmo Santa Catarina não sendo sede, teremos muitos turistas. Com certeza Balneário Camboriú e o nosso litoral vão receber, sr. presidente, muitos turistas, e temos que preparar a estrutura com empreendedorismo, como a Acibalca está fazendo. Isso é muito importante!

Quero parabenizar a presidente Magda Bez, o Matias Fidelis e toda a diretoria, que realizaram esse evento na Marambaia Veículos, do nosso querido amigo Mazoca, Osmar Nunes Filho, ex-secretário de Turismo de Balneário Camboriú, que continua sendo um grande motivador e um grande empreendedor.

Gostaria de falar um pouquinho sobre segurança pública, sr. presidente.

Ontem, conversava com a delegada regional de Balneário Camboriú, ela que vinha de uma reunião sobre segurança no município de Camboriú, onde adotamos algumas ações no final de 2009, início de 2010, como uma força-tarefa para reduzir o número de homicídios. Em 2008, o município de Camboriú registrou 42 homicídios; em 2009, caiu para 35; e em 2010, para 21. Então, reduzimos, em dois anos, quase à metade o número de homicídios naquele município. E um dos fatores que ajudaram na redução da criminalidade foi a integração polícia/comunidade.

Fizemos uma força-tarefa naquele município com um combate fervoroso à criminalidade, mas aproximando a comunidade da polícia. O que fazíamos? Os policiais, além das operações, das investigações e de desempenhar todas as suas atividades, faziam palestras nos colégios, conversavam com os estudantes e com os professores. Na primeira reunião que fizemos no Caic, deputado Volnei Morastoni, havia quase 300 crianças, na faixa etária de 8 a 13 anos, que sabiam, quase de cor, o nome dos traficantes conhecidos no bairro. Vejam a referência que aquelas crianças tinham! A lembrança que vinha à cabeça era dos traficantes. Quando lhes foi dada a palavra, perguntaram quanto tempo eles ainda iam ficar presos e quando e como iriam sair.

Entretanto, com policiais participando dentro dos colégios, dando palestras, indo às salas de aula, dando reforço no momento da saída do colégio, alguns policiais civis e também militares, mas principalmente a força-tarefa da Polícia Civil dando apoio no trânsito, mudamos aquela realidade, tanto que o policial Edson, comandante da COP, tornou-se um dos policiais mais conhecidos em Camboriú.

Temos que fazer essa aproximação, temos que conversar com o jovem, conversar com a comunidade. Ter uma polícia comunitária, fazer uma reunião por mês entre o comandante e algumas lideranças é importante para discutir prioridades, mas não aproxima a segurança da sociedade. E é isso que o município de Balneário Camboriú está reivindicando.

Esse trabalho foi feito em Navegantes e também reduziu muito a criminalidade. Mas agora precisamos atuar no eixo Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes, porque todos nós fomos criados com determinada barreira em relação à polícia. A maioria dos pais quando a criança não queria obedecer em casa ameaçava chamar a polícia ou dizia que a polícia estava chegando. Isso acaba criando uma barreira!

Dessa forma, é muito importante que a Polícia Militar fortaleça o Proerd, que é muito bom, é um curso que deve tomar-se uma atividade permanente.

Também criamos, por sugestão do deputado Ismael dos Santos, uma comissão muito importante para estudar a prevenção, o combate às drogas e, principalmente, a recuperação dos usuários de drogas no estado de Santa Catarina. Inclusive, na região oeste, no eixo Xanxerê/Chapeco, torna-se necessária a

implantação de convênios com entidades que já fazem esse tipo de atendimento para que tenhamos, em todo o estado, centros de internação e de tratamento destinados aos dependentes químicos. Assim, poderemos oferecer atendimento a toda a região de Irani, Ponte Serrada até São Miguel d'Oeste e Dionísio Cerqueira.

Estamos, portanto, entrando com um requerimento solicitando ao governo do estado um estudo para a criação, a instalação ou ainda a elaboração de convênios com entidades que já fazem esse tipo de tratamento, porque muitas vezes é mais prático, mais barato para o estado e ainda mais eficiente.

Quero também dar uma boa notícia aos policiais civis. Ontem, o delegado-geral determinou a elaboração de estudos para o processo de promoção para o primeiro semestre de 2011, já que nos últimos quatro anos, em todos os semestres, foram realizados os processos de promoção. Inclusive, o governo do estado, neste mês de fevereiro, já está pagando a última promoção ocorrida, que foi do segundo semestre de 2010, retroativo ao mês de janeiro.

Então, mais uma boa notícia para a Segurança Pública e serve de motivação para que os nossos policiais continuem realizando um grande trabalho em prol da população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PPS.

(Pausa)

Não havendo deputado do PPS que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna na manhã de hoje para tecer alguns comentários relacionados à comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a qual tenho a honra de presidir, tendo o deputado Manoel Mota como vice-presidente. Anteriormente, essa comissão foi presidida por v.exa., deputado Reno Caramori, e, diga-se de passagem, muito bem presidida.

Inicialmente, chegamos ao entendimento de convidar o sr. secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e também o sr. presidente do Deinfra, Paulo Meller, para que compareçam, oportunamente, na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e tracem um panorama de toda a área, com muita clareza, para que todos os srs. deputados tenham ciência da situação dos processos de financiamento dos programas rodoviários, entre outros, porque essa área é muito ampla.

Queremos saber, deputado Maurício Eskudlark, desde a questão da mobilidade urbana, dos portos, dos aeroportos, até a problemática das rodovias catarinenses. Na sequência estaremos promovendo uma audiência pública, provavelmente no final da primeira quinzena de março, relacionada à questão da BR-101. Um tema crucial, importante, que vem trazendo sérios transtornos, travando o desenvolvimento, além de ceifar vidas, periodicamente, na região sul do estado.

Associado a isso poderíamos também abrir o debate com relação à BR-470, que é um pedido do deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que tenho conheci-

mento profundo do que está acontecendo na duplicação da BR-101.

Travamos um trabalho sem limites para conquistar essa obra, que é fundamental para a região sul do Brasil. Hoje, a obra vem-se arrastando e nos piores trechos, nos gargalos, ainda nem começou. Alguns trechos já prontos não têm boa qualidade e provavelmente terão que ser refeitos.

Por isso, é preciso uma ação muito forte e a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano vai ser peça fundamental na mobilização de empresários e políticos para que tenhamos um resultado mais rápido e mais prático, porque é isso o que a população espera.

Cumprimento v.exa. e desejo muito êxito nessa comissão. Vamos fazer um grande trabalho juntos!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Manoel Mota, poderemos contar com a sua experiência de longo tempo neste Parlamento para nos auxiliar na condução da referida comissão.

Eu penso que são temas de obras estruturantes, importantes, que travam com certeza o desenvolvimento do estado, proporcionando uma concorrência desleal com outros estados, até mesmo nesse mundo globalizado em que vivemos.

Eu cito como exemplo a questão da BR-470, a duplicação da BR-101, a quarta ponte aqui em Florianópolis, tão debatida e, inclusive, com uma emenda do ex-deputado e companheiro progressista Antônio Carlos Vieira, dentro da faixa de domínio que daria realmente uma condição de escoamento. E, aliás, o trânsito aqui em Florianópolis, das 17h até as 20h, realmente é um caos, deputado Silvio Dreveck. Realmente, torna-se um caos, e é preciso uma posição política forte, firme, para resolver o problema do escoamento de todos aqueles que se utilizam dessa rodovia para sair da capital e dirigir-se até os municípios do interior do estado.

Outro exemplo é a estrada da serra do Corvo Branco que está numa situação precária; a BR-285 está em estado de abandono; o acesso de Treviso a Lauro Müller, para a qual alocamos, deputado Silvio Dreveck, R\$ 2 milhões no Orçamento há oito anos e sequer 20% da terraplenagem está concluída.

Então, realmente é um descaso, é uma situação complicada e exige, sim, a participação efetiva por parte do governo do estado.

É evidente que essa comissão não tem poder de decisão, não tem caneta. Mas ela tem o compromisso e a responsabilidade de abrir o debate, de chamar a sociedade, de chamar à responsabilidade as autoridades políticas, a fim de que seja dada celeridade aos processos, aos procedimentos e às obras que estão travadas por todo o estado de Santa Catarina.

Quero também, na condição de membro da comissão de Saúde, abordar assunto relacionado à essa questão. O deputado Volnei Morastoni, na condição de presidente da comissão, já teceu comentários relacionados ao complexo sistema da saúde em nível nacional, mas queremos falar especificamente sobre Santa Catarina.

Ontem ainda, conversando com o governador Raimundo Colombo numa oportunidade que a bancada teve, ficamos sabendo que ele irá desenvolver uma ação muito forte, muita energética, no segmento da saúde em nosso estado.

Um dos problemas que levantamos na comissão é aquele relacionado à pediatria com especialização em oncologia, porque a maior parte das crianças portadoras do câncer tem que se deslocar do interior do estado, fazendo um percurso de três, quatro, cinco, oito horas de viagem para chegar ao Hospital Joana de Gusmão, com a saúde extremamente debilitada e

transitando por rodovias precárias, com trânsito intenso, correndo risco de vida. Por que isso, se poderíamos oferecer esse serviço descentralizado, lá no interior do estado?!

Como fazemos parte também da comissão de Turismo e Meio Ambiente, levantamos, na última reunião, a questão relacionada à Fundação do Meio Ambiente. Há aproximadamente 30 mil processos ambientais, dentre os quais dez mil estão ainda para ser apreciados. O que isso significa? Significa que o desenvolvimento do estado está sendo travado!

Quero aproveitar este momento para isentar de culpa os técnicos, porque a Fatma não tem um corpo funcional suficiente para suprir as demandas de pequenas e médias empresas, que entram com processos para licenciamento. Mas a verdade é que isso está travando, com certeza, a possibilidade, a perspectiva, de mais empregos, de mais renda para o estado.

Fazendo um comparativo entre Santa Catarina, o Paraná e o Rio Grande do Sul, queremos dizer que os dois estados vizinhos têm mais de 1.400 funcionários, ao passo que Santa Catarina tem cerca de 200 apenas. Portanto, há necessidade premente da realização de um concurso para aumentar o número de...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que enviará ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 0040/2001, de autoria do deputado Jailson Lima.

A Presidência comunica ainda que defere de plano o Requerimento n. 0048/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

Moção n. 0005/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao ministro da Saúde, pedindo a inclusão de remédios gratuitos no programa Aqui tem Farmácia Popular.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Terminada à Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o deputado Carlos Chiodini.

(Pausa)

Na ausência do deputado Carlos Chiodini, com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio Alesc Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar, na manhã de hoje, o Parlamento catarinense.

Venho à tribuna para trazer uma preocupação muito grande do sul do estado, mas que envolve Santa Catarina como um todo. Todos têm plena consciência da importância do trabalho dos agricultores para a economia de Santa Catarina e do Brasil. A nossa agricultura é fundamental para a economia do país e por isso tem que ter um tratamento muito especial.

Hoje estamos vendo, sr. presidente, a falta de preço mínimo, o desânimo, a iminência do homem do campo de deixar de trabalhar, de produzir comida para a mesa dos brasileiros. V.Exas. sabem quem sustenta a cidade, quem garante o alimento na mesa do povo - os agricultores. E eles estão-se sentindo abandonados por falta de preço mínimo, por falta de garantias que os estimulem a continuar trabalhando.

Há muita gente que diz que quem regula o mercado é a lei da oferta e da procura. Mas se fosse assim, não precisaria haver governo. O governo serve para encontrar caminhos, para estender as mãos aos pequenos agricultores, principalmente.

Os rizicultores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul estão vivendo os piores momentos da sua vida. Na cidade de Ermo, um produtor foi à loucura porque não conseguiu pagar o empréstimo bancário e sabia que sua terra ficaria comprometida. Fez o que não devia, partiu para o suicídio. E isso vai acontecer nas áreas produtivas, principalmente de arroz, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, porque para manter a área viva e honrar os compromissos, os produtores teriam que vender o arroz a R\$ 30,00 a saca. Mas hoje o arroz importado do Uruguai, da Argentina e do Paraguai está custando R\$ 20,00 a saca, fazendo com que nossos produtores não tenham como sobreviver.

No Brasil não se pode usar qualquer tipo de fertilizante porque é proibido, mas nos países citados pode-se usar todo tipo de fertilizante e o arroz é vendido para o Brasil livremente. Então, é preciso que o governo adote alguma medida, estabeleça um preço mínimo, garanta e mantenha o homem do campo produzindo a riqueza deste país, pois assim, com certeza, a produção estará assegurada nas nossas lavouras.

A minha região está em pé de guerra, trancaram a BR-101 por duas horas. Como não têm a quem recorrer, essa foi a forma de chamar a atenção do povo brasileiro, porque o problema está na área da alimentação, mas está também na área da fomicultura, já que o preço do fumo está horrível e os fumicultores não têm como sobreviver.

Por isso, na segunda-feira vou estar em Sombrio, num grande encontro com arroteiros e fumicultores, para tentar algum encaminhamento. Além disso, com certeza, meu caro presidente, dia 26 de fevereiro vamos estar na cidade de Camaquã, no Rio Grande do Sul, na abertura da colheita do arroz, com a presença da presidente da República, Dilma Rousseff, ocasião em que estaremos levando as nossas reivindicações e fazendo uma manifestação pacífica, mostrando o desespero em que se encontram os produtores.

Assim, quero pedir apoio ao nosso Parlamento, pois queremos aprovar a criação de uma comissão ou de um fórum para contribuir na solução desse problema. Nosso país, que tem a terra mais produtiva do mundo, que tem o clima mais temperado do mundo, onde se colhe o que se planta, não pode deixar as pessoas que produzem em situação desesperadora, levando-as até a morte.

É preciso tomar algumas medidas, pois um país que quer duplicar a sua produção agrícola, como poderá fazê-lo se não dá estímulo para o filho do homem do campo continuar a trabalhar na terra? Os jovens estão saindo do campo, os pais envelhecem e ficam sem condições de trabalho. Então, se não houver um estímulo, não sei o que vai acontecer.

Eu quero ver uma pessoa que mora na cidade há muitos anos, que trabalha, sim, mas que tem a mão fininha, sem calo, sair da cidade e ir para uma área agrícola trabalhar. É preciso, sim, chamar a atenção dos governos, é preciso tomar

algumas medidas, quem sabe medidas duras, quem sabe medidas radicais, para que a área produtiva continue gerando riqueza para o nosso país.

Por isso é que hoje faço esse registro e convido todos para irem a Sombrio participar de um grande movimento na segunda-feira, às 18h. Estamos convidando também para irem ao Rio Grande do Sul no dia 26. É preciso que nós, representantes legítimos do povo neste Parlamento, que temos dado respostas altamente positivas em todos os momentos, façamos-lo agora também. Este momento é decisivo. Este momento é fundamental!

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Carlos Chiodini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sra. deputada e srs. deputados, na mesma linha do orador que me antecedeu, deputado Manoel Mota, também gostaria de tratar da problemática que atinge a rizicultura no estado de Santa Catarina, especialmente na abertura dessa safra.

Santa Catarina é o segundo maior produtor brasileiro de arroz e tem mais de 60 municípios produtores de arroz, que se localizam principalmente no norte catarinense, no vale do Itajaí e no sul, totalizando mais de oito mil agricultores, que geram, direta ou indiretamente, mais de 50 mil empregos.

Há três anos, na abertura da safra, o valor da saca de arroz girava em torno de R\$ 33,00. Hoje, está em torno de R\$ 20,00, podendo chegar a R\$ 18,00, levando em conta que se está iniciando a safra gaúcha, estado que é o maior produtor de arroz do Brasil. Pode ocorrer uma supersafra, com uma baixa ainda maior no preço da saca.

O custo mínimo estipulado pela Conab para que o agricultor possa cobrir o custeio da sua plantação é de R\$ 25,80. Isso demonstra que o nosso agricultor está levando diariamente um prejuízo de 30% no processo e é evidente que não conseguirá cumprir os seus compromissos.

Diante do exposto, amanhã, dia 18 de fevereiro, às 9h, em Massaranduba, município que é a Capital Catarinense do Arroz, na SC-413, no trevo de acesso a São João do Itaperiú, será realizado um manifesto. O setor produtivo do arroz - as cooperativas, as indústrias, os agricultores, os sindicatos e as federações - vai estar presente para levantar propostas, tentar contribuir com algumas soluções que possam solucionar essa problemática.

Faço esse convite a todos os deputados que conheçam a área e tenham interesse nesse caso em especial, que, imagino, sensibiliza todos. Essas propostas serão enviadas ao ministro da Agricultura, Wagner Rossi, ao secretário de estado da Agricultura, João Rodrigues, ao governador e ao presidente da República.

Precisamos levar em conta que o mercado de arroz é complicado e restrito. O arroz serve para quê? Para a panela da dona de casa. Essa a finalidade, deputado Volnei Morastoni. Então, precisamos aumentar as opções de industrialização do arroz, porque hoje o leque é muito pequeno.

Os asiáticos são consumidores, mas também grandes produtores. Logo, não dá para exportar, temos que consumir no Brasil. Há uma proposta que precisamos levar em conta em médio prazo, ou seja, que se viabilizem projetos, estudos e tecnologias, que se desenvolvam novas opções de industrialização do arroz para que possamos, sim, consumir esse produto que, neste momento, tem uma safra recorde. Além disso, com a

importação dos países do Mercosul, onde há desoneração tributária no ciclo produtivo - insumos, equipamentos e tudo mais -, a exemplo do Uruguai, o problema se agrava ainda mais, pois o preço só tende a cair.

Então, uma das propostas que têm que ser aplicadas imediatamente é a suspensão da importação pelo prazo mínimo de um ano, tendo em vista o que isso vem causando ao agricultor catarinense. Além disso, criar uma política pública de garantia do preço mínimo, a ser estipulado em R\$ 30,00 a saca, que sistematicamente possa repetir-se anualmente, cobrindo os custos dos nossos produtores, e, principalmente, diminuir a carga tributária do processo produtivo do arroz,

seja nos insumos ou nos equipamentos, são também propostas coerentes, que foram bem colocadas pelo deputado Darci de Matos.

O arroz é um produto da cesta básica e por isso deveria ser isento do ICMS em estado de Santa Catarina. Assim, estaremos também levando essa reivindicação ao governador Raimundo Colombo.

Essa era a minha manifestação de preocupação com o cenário atual, no sentido de levantar propostas, unir forças, levando em consideração esse contingente que, diretamente ou indiretamente, sobrevive da cultura do arroz.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

(Pausa)

Na ausência do deputado Dirceu Dresch, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Alerta para a necessidade de investimentos no planalto norte; comemora a inauguração de uma unidade do IFSC em Canoinhas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ressalta a ampliação do ensino técnico no Brasil; procede a uma explanação sobre o Pronatec; pede a derrubada do veto ao PL 0063/2010.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Concorde com a importância da educação para o desenvolvimento do país.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta posição pela rejeição do veto ao PL 0063/2010; pronuncia-se acerca da piscicultura.

Partidos Políticos

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Parabeniza o prefeito de Piratuba pela ampliação dos serviços de telefonia e internet; comenta a realização da Tecnoeste; comemora decisão do governador de pagar a Engespasa e dar início à duplicação da SC-401.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Crítica o reajuste da tarifa do pedágio na BR-101.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Comunica decisão da bancada do PSDB de não aprovar mais projetos inconstitucionais; revela intenção de insistir na PEC que prevê a realização de plebiscito sobre a mudança do Hino de Santa Catarina.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Pede mais recursos para a saúde.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à visita ao Hospital Regional de São José.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Enfatiza a demora na duplicação da BR-101; critica o custo estimado da ponte da Cabeçuda, em Laguna.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Mostra-se impressionado com o alto custo da ponte da Cabeçuda, em Laguna.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Lamenta o atropelamento e morte de turista argentina em Jurerê Internacional e salienta a necessidade de campanha de conscientização no trânsito.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Fala sobre a necessidade de humanização das rodovias de Florianópolis e anuncia lançamento do Plano Municipal de Saneamento Básico da capital.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Comenta visita ao Hospital Regional de São José, motivada por denúncias constantes sobre o mau atendimento.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Cobra mais ação do governo estadual na resolução dos problemas da saúde.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Qualifica como inadmissível a cobrança de pedágio na BR-101/sul.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se novamente às questões relacionadas ao estrangulamento dos hospitais.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Enfatiza a importância do debate sobre os problemas da saúde.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Cobra do governo a nomeação para os cargos comissionados no interior; reclama de falta de energia elétrica no planalto norte.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Informa que a Celesc pretende expandir a rede elétrica no planalto norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e srs. deputados, queremos relatar ao povo catarinense o grande empreendimento que está acontecendo no planalto norte.

Em Joinville, a General Electric faz um investimento de R\$ 300 milhões e em Três Barras, município vizinho de Canoinhas, a Rigesa faz um investimento de R\$ 480 milhões. Trata-se de um complexo industrial de origem internacional. Vem dos Estados Unidos, com grande eficiência, dando

emprego a muitos brasileiros em vários estados do país.

Na verdade, esteve conosco o deputado Valdir Cobalchini, secretário da Infraestrutura, e na ocasião foi-lhe entregue uma moção e um pedido para a ampliação do aeroporto de Três Barras.

Houve também a entrega do importante e novo acesso por onde passam caminhões pesados com bobinas de celulose e de papel.

Então, o papel e a celulose no planalto norte serão propulsores do crescimento e desenvolvimento da região. Temos a certeza de que o governo do estado, na reunião que terá com a presidência da Rigesa, no dia 23 de março, fará a sua exposição de motivos e entrará em acordo com a empresa, porque se trata de um investimento de grande monta.

Portanto, queremos agradecer desde já ao governador Raimundo Colombo, e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira por agendarem essa importante reunião para o dia 23 de março, na qual serão discutidas matérias importantes para o planalto norte.

Houve também uma grande reunião do PMDB, em Iriepópolis, na sexta-feira, com a presença do secretário do partido, deputado Renato Hinnig, e de vários prefeitos da região. Foi uma importante reunião partidária no planalto norte, quando se confirmou que no comando da SDR de Canoinhas, que pertence ao PMDB, estará o companheiro Argos Burgardt.

Temos certeza de que o nosso líder maior, Eduardo Pinho Moreira, juntamente com este deputado, novamente prestigiou o partido na região e não mediu esforços para que o PMDB ficasse com a SDR de Canoinhas, uma secretaria importante, que nos últimos quatro anos esteve sob o comando do PSDB.

O companheiro Argos Burgardt é um técnico, não um político e, portanto, está dentro do perfil preconizado pelo governador Raimundo Colombo, que afirmou que nomearia pessoas com conhecimento técnico apurado. Argos era secretário de Finanças de Canoinhas e agora está sendo guindado à SDR de Canoinhas.

Assim, nossos parabéns ao novo secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas, Argos Burgardt.

Quero agora me referir aos investimentos feitos no planalto norte. Falando com o secretário de Articulação, ex-deputado Antônio Ceron, temos, no planalto norte, a BR-116, que vai de Lages até Mafra, passando por

Canoinhas e Porto União. É uma região diferenciada e precisa ser olhada diferentemente pelo governo. Precisamos de uma lei que proteja a região, ou seja, que a privilegie com mais incentivos fiscais para que as indústrias aportem na BR-116 a fim de que os municípios de Santa Cecília, Timbó Grande, Canoinhas, Três Barras, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União sejam beneficiados.

A outra reivindicação importante é que a região tenha um ICMS diferente. A região faz divisa com o Paraná e lá o ICMS é menor. Por exemplo, Porto União faz divisa com União da Vitória e neste último município a taxa da energia elétrica é mais baixa. Então, os empresários escolhem União da Vitória e deixam Porto União de lado, porque a energia elétrica lá é mais barata. Mafra e Rio Negro vivem a mesma situação, além das outras cidades fronteiriças, que também merecem a nossa atenção especial.

O planalto norte merece ser olhado de forma diferente. Estivemos em Papanduva com o presidente do PMDB, com o prefeito municipal e com os vereadores do partido, discutindo os investimentos na região e houve a mesma queixa. Em Papanduva não se consegue manter os níveis de energia elétrica tão necessária ao desenvolvimento da indústria. Por isso, precisamos de ações importantes por parte da Celesc. Mas temos certeza de que o novo presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, fará grande trabalho e olhará para aquela região de outra maneira. Iremos tratar com o presidente da Celesc o que podemos fazer para minimizar os prejuízos dos empresários nessa região.

O município de Canoinhas apresentou ao secretário Valdir Cobalchini o projeto da perimetral. Nesse projeto projetou-se uma avenida perimetral, muito importante para o nosso parque industrial. É lá que vamos gerar empregos e dar dignidade ao nosso trabalhador. É um projeto para daqui a dez, 20 anos, mas tem que ser iniciado.

Temos certeza de que junto com o prefeito Leoberto Weinert, de Canoinhas, que está presente neste plenário, faremos com que a perimetral do planalto norte seja um sonho que se tornará realidade, assim como ocorreu com o IFSC, cuja inauguração se deu na sexta-feira à noite e que formará profissionais que trabalharão diretamente nas indústrias. Foram lançados em nosso estado seis novos IFSC e o de Canoinhas é um dos primeiros a ser inaugurado.

Queremos parabenizar e agradecer à reitora Consuelo dos Santos, a toda a equipe do Instituto Federal de Santa Catarina e ao Marcelo, que nos recebeu na primeira visita que fizemos àquele instituto, juntamente com o prefeito Leoberto Weinert.

Sr. presidente, queremos também parabenizar as mulheres, pois será realizado o curso Mulheres Mil, no qual as mulheres do planalto norte serão homenageadas.

Era isso o que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito boa-tarde, deputada Dirce Heiderscheidt. Seja bem-vinda a esta Casa Legislativa, na qual temos a responsabilidade de defender o povo catarinense.

Boa-tarde, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital e aqueles que nos dão o prazer de estar nas galerias deste Parlamento.

Sr. presidente, ouvindo atentamente o discurso do deputado Antônio Aguiar dando os

parabéns à reitora Consuelo e também aos técnicos que fizeram a implementação das escolas técnicas em Santa Catarina, temos que reverenciar, deputado Neodi Saretta, o ex-residente Lula, que fez uma revolução na educação no Brasil.

O estado de Santa Catarina foi beneficiado com recursos em função da atuação da reitora Consuelo, da ministra Ideli Salvatti, dos deputados federais Cláudio Vignatti, Décio Lima e Jorge Boeira, que carregaram recursos para a implementação dessas escolas, propiciando a formação dos nossos jovens para o mercado de trabalho, já que nós, hoje, vivemos num outro Brasil, um Brasil diferente, um Brasil que tem emprego, um Brasil cuja população tem maior poder aquisitivo, e precisamos qualificar a nossa mão de obra. Por isso a importância da educação.

Sendo assim, reitero aqui as palavras da nossa presidente Dilma Rousseff no reinício do ano letivo, quando anunciou o lançamento do Pronatec, Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica.

(Passa a ler.)

“Em seu primeiro programa veiculado pela televisão, no dia 10 de fevereiro, a nossa presidente reafirmou o seu compromisso com a melhoria da educação, que já vinha sendo realizada pelo ex-presidente Lula, aumentando o número de escolas técnicas e de universidades federais. Mas o Pronatec, que será lançado no mês de março, levará ao ensino técnico à bem sucedida experiência do ProUni, Programa Universidade para Todos. Trata-se de um conjunto de ações voltadas para quem deseja fazer um curso técnico e não tem como pagar, o que é a grande dificuldade hoje. Esse programa terá bolsas de estudo e também financiamento estudantil. Com isso, o estudante do ensino médio poderá contar com financiamento para estudar em escolas técnicas privadas.

Na mesma oportunidade, a presidente Dilma Rousseff enfatizou a necessidade de construir mais escolas técnicas, de ampliar os cursos profissionalizantes, de melhorar o ensino médio e as nossas universidades, aprimorando os centros científicos e tecnológicos de nível superior. Faço minhas as palavras da nossa presidente, pois essa é a grande hora da educação brasileira, e isso, sras. deputadas e srs. deputados, só será possível com o comprometimento de todos, de cada pai, de cada mãe, de cada aluno, de cada professor, de cada deputado, de cada prefeito, de cada governador.

Cara deputada Ana De Luca, se nós não investimos mais na educação, teremos muito mais presídios no estado de Santa Catarina, teremos muito mais adolescentes sofrendo como, por exemplo, no Centro Educacional São Lucas. Por isso que o governo do estado também tem que investir mais em educação, assim como está fazendo o governo federal, que assumiu o compromisso de tomar para si a tarefa de acompanhar, discutir, cobrar, propor e construir novos caminhos para a nossa educação, pois, como diz a presidente Dilma Rousseff, um país rico é um país sem pobreza.

Por essa razão, temos também o desafio de erradicar a miséria em nosso estado, e esse é um desafio do qual Santa Catarina também fará parte. Poderá ser o primeiro estado da federação a se incorporar a esse chamado da presidente Dilma Rousseff, começando com a melhoria da qualidade de ensino. Afinal, ninguém sai da pobreza se não tiver acesso a uma educação gratuita, contínua e de qualidade.

O governo federal está fazendo a sua parte. Infeliz e lamentavelmente, e torço para que isso mude em nosso estado, estamos dando um péssimo exemplo no início deste ano letivo, pois a falta de professores nas escolas é injustificável: de

um lado os alunos sem aula e, de outro, milhares de professores esperando ser chamados. As crianças e os adolescentes precisam voltar às salas de aula, mas com os professores presentes.

Com o todo o respeito, o secretário, com todo o respeito ao deputado Marco Tebaldi, que assumiu recentemente essa pasta, tem afirmado que sempre será assim. Não podemos admitir, como parlamentares, que isso não mude no estado de Santa Catarina, ou seja, que todo início de ano letivo haja crianças nas salas de aula e professores esperando ser chamados.

Então, precisamos de mais competência na gestão da secretaria da Educação.”

A Sra. Deputada Ana De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana De Luca - Deputada Ana Paula Lima, seu discurso é muito oportuno e v.exa. pode contar com meu apoio, como também com todas as minhas críticas, pois elas são contundentes e não são utópicas nem eleitoreiras.

Agora, quero dizer uma coisa a v.exa.: a educação, na ótica desta deputada, é o cerne do desenvolvimento de qualquer sociedade. E como muito bem a nobre deputada falou, teremos menos presídios quanto mais educação a nossa sociedade receber. Por quê? Porque ninguém nasce assaltante, ninguém nasce drogado, ninguém nasce com esse destino, a sociedade é que muitas vezes joga o cidadão nesse caminho. E o ponto principal, creio eu, está na educação desde a mais tenra idade. Nós também somos responsáveis por isso.

Muito obrigada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada pelo seu aparte, deputada Ana De Luca.

Por isso é que temos que levar a sério as crianças, os adolescentes, os jovens, pois eles têm direito a uma educação de qualidade. Além disso, o secretário de estado da Educação precisa de um planejamento para garantir que a cada início de ano letivo tenhamos o quadro de professores completo nas escolas. Todo ano é a mesma coisa: começam as aulas, as crianças vão com a maior boa vontade e já no primeiro dia não há professor para receber essas crianças, sendo que os professores estão na lista de espera para serem chamados para ocupar as suas vagas.

Por isso faço um apelo ao secretário Marcos Tebaldi, no sentido de que faça um planejamento para o ano que vem e para os próximos anos, a fim de que não vivencemos novamente esse problema que está acontecendo no momento.

Tudo depende, como bem ressaltou a deputada Ana De Luca, da educação. Ninguém nasce bandido, ninguém nasce drogado, ninguém nasce mau elemento. Precisamos, sim, ter um carinho especial com as nossas crianças e adolescentes. As políticas públicas precisam ser regatadas, para que não nos vangloriemos de ter 12 mil presos no estado. Para mim isso é uma vergonha! Eu gostaria que houvesse menos presídios e mais escolas para as nossas crianças e adolescentes. Mas para que isso aconteça também é necessário valorizar o nosso professor. É inadmissível que um professor do estado de Santa Catarina seja o pior remunerado da federação. Por que o estado de Santa Catarina ainda não garantiu o piso nacional do salário aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Lula? Santa Catarina é um dos cinco estados da nossa federação que ainda não garantiu esse salário!

Nós, parlamentares, assim como toda a sociedade, passamos pelas mãos de um

professor. E o professor, que é quem modifica as mentes e contribui para a formação do ser humano, precisa ser mais bem valorizado. Assim sendo, faço um apelo para que seja implementado, principalmente aqui, o piso nacional do Magistério.

Sr. presidente, nesses últimos segundos que me restam - estou com um adesivo no peito em respeito aos profissionais da área de comunicação, aos jornalistas -, quero dizer que espero que os parlamentares derrubem esse veto e garantam apoio à luta dos jornalistas que têm formação superior.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, volto à tribuna, na tarde de hoje, para falar, inicialmente, na mesma linha da deputada Ana Paula Lima, companheira de bancada, sobre o nosso apoio à derrubada do veto ao Projeto de Lei n. 0063/2010, pois somos a favor da valorização e do reconhecimento à categoria dos jornalistas.

Portanto, quero manifestar aqui, publicamente, mais uma vez o meu respaldo, como parlamentar, à derrubada do veto.

Mas gostaria de expressar também a minha preocupação com relação aos produtores de peixe, os piscicultores, sem diminuir os outros setores que trabalham nas águas continentais no interior do nosso estado.

Tivemos a oportunidade, ontem, de discutir com a ministra Ideli Salvatti a problemática que envolve os nossos piscicultores, que na sua grande maioria são agricultores familiares, a respeito de toda a cadeia produtiva do peixe. No ano que passou debatemos, em vários momentos, com produtores, técnicos e vários segmentos do setor público sobre a situação que os agricultores familiares e piscicultores estão vivenciando.

Entre tantos obstáculos, levantou-se, à época, um que era extremamente preocupante e que ainda hoje continua sendo, ou seja, a importância do filé de panga que, de uma forma ou de outra, tem minado não só o nosso estado, mas, basicamente, a grande maioria, senão a totalidade, dos estados, comprometendo enormemente o setor produtivo dos piscicultores e agricultores familiares.

Em conversa com a ministra Ideli Salvatti, ela me disse algo extremamente importante: se for resolvida essa problemática, se forem tomadas algumas medidas que estão sendo estudadas até com a autorização do ministro Guido Mantega, certamente a situação será amenizada. Segundo os estudos feitos - e já existe a autorização para a isenção do PIS, da Cofins e de outros impostos - as medidas poderão alcançar até 70% do custo de produção.

Sabemos que havendo essa isenção - e os frigoríficos de carne a tem - estaremos fazendo com que os agricultores familiares que trabalham na cadeia produtiva do peixe possam de fato continuar na sua atividade, produzindo e, ao mesmo tempo, também gerando renda para si e suas famílias.

Então, parece-me muito importante nesse momento em que sabemos que o custo da produção é extremamente comprometedor, é alto e dificulta muito a continuidade dos agricultores familiares na atividade.

Trato aqui, deputado Sílvio Dreveck, dos nossos piscicultores. E como presidente da comissão de Pesca e Aquicultura tenho a obrigação de trazer presente essa questão para refletir com a sociedade catarinense e, ao mesmo

tempo, intervir junto aos órgãos competentes para que realmente tomem atitudes que levem mais tranquilidade a esse ramo produtivo da nossa agricultura familiar, haja vista que Santa Catarina se destaca no cenário nacional com relação à produção de pescado.

Portanto, fico feliz por ver o grande interesse da nossa ministra Ideli Salvatti, não só de fazer o levantamento, mas de preocupar-se com aqueles que trabalham com a cadeia produtiva do peixe, a fim de que o ministério da Pesca e Aquicultura seja também um instrumento para que os nossos produtores não saiam no prejuízo e tenham o lucro necessário para continuar na atividade.

Mas quero aproveitar este um minuto que me resta exatamente para pedir o apoio de todos os parlamentares com relação a um veto que o governo do estado encaminhou a esta Casa, que diz respeito a projeto de nossa autoria aprovado neste plenário, que busca definir e conceituar a piscicultura no estado de Santa Catarina, a exemplo do que vários outros estados têm feito.

Nós construímos aqui um projeto de lei similar ao de vários estados que conseguiram a aprovação dos seus Paramentos e a devida sanção por parte do governo. Estados como Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Norte, São Paulo e Amapá já têm a sua legislação.

Além disso, a fundamentação jurídica da assessoria do governo não se sustenta porque é de competência, sim, do estado legislar sobre o tema.

Então, estou pedindo apoio porque isso vai ao encontro também de toda a cadeia produtiva do peixe, principalmente com relação às águas continentais do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde desta terça-feira, para registrar, com satisfação, a audiência realizada na manhã de hoje, na Casa Civil, juntamente com toda a unidade partidária do sul catarinense, compreendida pelos Altair Guidi, José Nei Ascari, Dóia Guglielmi e Joares Ponticelli. E recebemos a justificativa da deputada Ada De Luca e dos deputados José Milton Scheffer e Manoel Mota, até em função de o governo ter antecipado a audiência. E assim eles não puderam participar, mas respaldaram também a nossa audiência.

Em março deste ano vai-se encerrar o contrato da Infraero sobre o Aeroporto Dionísio Freitas, em Criciúma. E há uma manifestação previamente, e não escrita, de que a Infraero não estaria mais interessada em fazer todo o processo de manutenção do aeroporto em Criciúma.

Preocupada com essa situação, a Associação Comercial e Industrial de Criciúma, com a presença de líderes do sul e a participação efetiva da Amrec, realizou essa audiência, na manhã de hoje, na qual o governador Raimundo Colombo assegurou a autorização da licitação de R\$ 3 milhões para dar consecução aos procedimentos básicos exigidos pela Infraero há tempos.

Inicialmente, era um montante de R\$ 8 milhões, quantia que foi reduzida para R\$ 3 milhões e que consta do PPA do estado. Agora, com o consentimento do governador, fica garantido esse valor de R\$ 3 milhões, o que assegurará a manutenção daquele aeroporto.

O deputado Altair Guidi, que é um grande conhecedor desse assunto, muito tem debatido esse aspecto e sempre tem estado presente nas diversas reuniões.

Gostaria de fazer das palavras da deputada Ana Paula Lima as minhas palavras e também as palavras da bancada progressista neste Parlamento, no que se refere ao Projeto de Lei n. 0063/2010, que apesar de aprovado por unanimidade por esta Casa foi vetado pelo governador do estado e cuja mensagem de veto acaba de dar entrada neste Parlamento para apreciação dos nobres pares.

Compreendemos que um país democrático, livre e soberano é construído com respeito e cidadania. Uma imprensa respeitada e responsável é imprescindível para o fortalecimento da nossa sociedade. Portanto, não podemos abrir mão da formação e do profissionalismo no exercício de uma tarefa como o jornalismo.

Por isso, defendemos a derrubada do veto do governo do estado ao Projeto de Lei n. 0063/2010, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, que determina a exigência de formação superior em Jornalismo para o exercício da profissão no serviço público estadual. Estamos solidários com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina na valorização da profissão.

Por isso, podem contar - e faço das minhas palavras as palavras de nosso líder, deputado Sílvio Dreveck - com o nosso apoio para a derrubada desse veto.

Era isto, sr. presidente e srs. deputados, o que eu tinha a colocar.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -

Gostaríamos de lembrar aos srs. deputados que hoje, às 19h, haverá uma sessão solene em Joinville para homenagear a Acij e que a presença dos srs. deputados naquela nossa querida cidade é muito importante.

Portanto, hoje, às 19h, haverá uma sessão solene da Assembleia Legislativa em Joinville, em homenagem aos 100 anos da Acij.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, nosso vice-presidente, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados e sra. deputada, eu vou dividir o meu tempo com a deputada Ada De Luca.

Sr. presidente, venho, no dia de hoje, à tribuna desta Casa para dizer que na semana que passou estive, deputado Altair Guidi, com o secretário de Infraestrutura, Valdir Cocalchini, na região da Amauc vendo algumas obras que precisam ser realizadas. Eu sempre digo que se nós queremos fixar a nossa gente do interior, nas pequenas cidades, principalmente no campo, precisamos dar-lhes a infraestrutura necessária.

Eu tive a felicidade de, juntamente com o secretário, visitar algumas obras que estão em andamento e outras que precisam ser eleitas como prioridade e ser executadas.

Durante esse roteiro, tive a oportunidade, deputada Dirce Heiderscheidt, de ir a Piratuba - e lá temos o prefeito Adélio Spanholi e o vice-prefeito Claudirlei Dorini -, que será o primeiro município - pelo que tenho conhecimento - a ter 100% de ligação telefônica no interior e com a possibilidade de internet. Isso tem que ser registrado e dado como mérito ao prefeito, porque é qualidade de vida que estaremos dando à nossa gente.

Eu sempre digo que o filho do agricultor compete de maneira desfavorável com o estudante que mora na cidade, pois se um aluno tem acesso à internet terá muito mais condições de fazer

melhor o dever de casa ou uma pesquisa, do que aquele que não tem acesso a ela.

O próprio agricultor, deputado Neodi Saretta - e v.e.a. também teve a oportunidade de ser prefeito de Concórdia -, através da internet, tem acesso ao mercado, descobre novos negócios, enfim, fica por dentro das notícias do mundo.

Por isso, quero fazer esse registro aqui e parabenizar a administração municipal de Piratuba, na pessoa do prefeito Adélio Spanholi, pela iniciativa e pela visão de desenvolvimento e de futuro que teve, levando a telefonia a todas as residências do interior do seu município, com a possibilidade também de acesso à internet.

Aproveito para dizer também que amanhã, em Concórdia, a Copêrdia - Cooperativa de Produção e Consumo - realizará mais uma Tecnoeste. Trata-se de um evento que envolve o agronegócio, a agropecuária, a indústria, o comércio e dá a oportunidade de o nosso produtor conhecer novas tecnologias, novas experiências e trocar informações. Lá se pôde conhecer novos equipamentos mais modernos e também assistir a palestras que orientaram os nossos agricultores na questão da produção, daquilo que precisa para ter qualidade de vida e para manter-se no campo produzindo e tendo lucro.

Por isso, parabéns à Copêrdia; parabéns ao presidente Valdemar Bordignon - e o governador vai estar presente participando da abertura; parabéns, principalmente, a todos os cooperativados, aos associados na Copêrdia; parabéns a todos os expositores que lá deverão estar, porque sem eles não haverá o evento com a grandeza que lá veremos nos dias 23, 24 e 25.

Por último, deputada Ada De Luca, quero dizer que tive a oportunidade, srs. deputados e sras. deputadas, de manifestar-me muitas vezes sobre a SC-401, a rodovia que dá acesso às praias do norte da Ilha de Santa Catarina. E quero fazer aqui justiça e cumprimentar o governador Raimundo Colombo.

Eu disse muitas vezes que o estado estava dando um calote, deputado Nilson Gonçalves, na empresa que construiu um pouco mais da metade do trecho e que tinha um contrato pelo qual tinha o direito para receber o devido pagamento do governo do estado. Disse também que até então ninguém se havia manifestado no sentido de ressarcir o investimento que a empresa fizera.

Quero cumprimentar o governador por duas questões. A primeira, por decidir que tem que pagar a dívida. É uma dívida que o estado tem com a empresa. E a segunda, por dizer que vai pagar aquilo que é real, aquilo que é de fato devido, e não aquilo que às vezes se pensa que se pode cobrar.

Por isso, deputada Ada De Luca, vou finalizar dando os parabéns ao governador por essa iniciativa de fazer justiça a uma empresa que ficou em dificuldades porque o governo não cumpriu o contrato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra a deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Vou começar dizendo que depois eu vou voltar.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas deste Parlamento, senhoras e senhores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Como se não bastasse rodar por uma rodovia inacabada, quem circula pela BR-101 em Santa Catarina desde a meia-noite ganhou mais um 'presente de grego': tarifas mais caras do pedágio.

A Autopista Litoral Sul, empresa concessionária que explora o pedágio em cinco

pontos da BR-101 no sul do país - sendo quatro em Santa Catarina -, reajustou o preço das tarifas cobradas em 16,66%, um percentual três vezes maior que a inflação do ano passado, que foi de 5,91%.

Desde 2008, quando o pedágio entrou em operação, as tarifas já foram reajustadas três vezes, o que representa aumentos acumulados de 40% nos valores cobrados.

O preço da tarifa básica cobrada para os automóveis de passeio, que representam a maior parte do fluxo de veículos, passou de R\$ 1,20 para R\$ 1,40. Parece pouco pagar R\$ 0,20 a mais por viagem, mas é muito! Além do valor mais caro que cada motorista vai desembolsar diretamente sempre que passar por um posto de pedágio, não podemos esquecer o efeito cascata em toda a cadeia produtiva. Inclusive, o setor produtivo já alertou que não vai absorver sozinho o reajuste e que o aumento será, sim, repassado para o consumidor.

É possível calcular o impacto do reajuste, mas não tenham dúvidas de que quem paga a conta é cada um de nós, usuários do transporte coletivo, usuários da rodovia, consumidores.

Segundo a ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres -, cerca de 110 mil carros passam por dia pelas praças de pedágio em Santa Catarina. E a empresa Autopista Litoral Sul deve uma explicação muito séria à sociedade, uma explicação da real necessidade de um reajuste nesse patamar.

Srs. deputados, como esse assunto é de interesse da sociedade da Grande Florianópolis, falei sobre a construção do contorno, que vai de Biguaçu a Palhoça, cuja obra também está no contrato de concessão e até agora, nada. Também como cidadã e como futura secretária de Justiça e Cidadania, solicitei ao Procon de Santa Catarina um esclarecimento sobre os reais motivos do aumento da tarifa de pedágio.

Acredito que neste momento a empresa Autopista Litoral Sul já tenha sido notificada pelo Procon, para que a concessionária apresente uma cópia do contrato com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, uma planilha de custos e para que inclua as obras de manutenção realizadas na rodovia entre outras informações. A referida empresa terá um prazo para apresentar as informações e poderá ser multada caso não cumpra a solicitação da notificação.

Quero comprometer-me com toda a sociedade, também com todos os meus colegas deputados e com todos os usuários, de trazer a esta tribuna o resultado desse trabalho de fiscalização, porque não podemos pagar essa conta sozinhos.

Como disse Henry Ford: 'O consumidor é o elo mais fraco da economia. E nenhuma corrente pode ser mais forte do que o seu elo mais fraco.'

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -

Lembro aos srs. deputados que às 19h de hoje teremos uma sessão especial comemorando os 100 anos da Acij, de Joinville.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que está presidindo esta sessão, colegas deputadas, colegas deputados, todos os catarinenses que participam da sessão.

Primeiramente, em nome do nosso líder, deputado Dado Chereim, e de toda a bancada

do PSDB, vamos falar sobre um assunto que tratamos apenas entre nós, na nossa bancada, e tivemos unanimidade, deputado Nilson Gonçalves. Refiro-me a um encaminhamento, a um posicionamento que a bancada adotará nesta Casa, nesta nova legislatura, no que diz respeito às iniciativas dos deputados estaduais que, muitas vezes, são flagrantemente inconstitucionais.

Claro que, por um lado, existe uma demanda, uma solicitação, um desejo, uma necessidade, e muitas vezes, nós, deputados, no afã de ajudar, de resolver, de nos colocar à disposição, tomamos iniciativas de projetos de lei que ferem a nossa Constituição Estadual ou, mais, ferem frontalmente a Constituição Federal. Na verdade, apenas estamos adiando, postergando, pois lá na frente haverá, com certeza, uma frustração quando houver um veto por parte do Poder Executivo ou uma demanda judicial. Por outro lado, poderá ainda ocorrer uma frustração por parte daqueles que solicitaram aquele encaminhamento.

Portanto, por uma decisão unânime, o nosso líder, deputado Dado Chereim encaminhará ao presidente da Casa, a todos os líderes das bancadas e aos 40 deputados, um posicionamento firme que queremos tomar nas comissões e também em plenário para que não continuemos a aprovar matérias flagrantemente inconstitucionais. Volto a dizer que, às vezes, o pleito possui uma justificativa no sentido de tentarmos atender a uma demanda, mas queremos, efetivamente, que nesta legislatura, pelo menos dentro da bancada do PSDB, nos posicionemos dessa forma para não criarmos falsas expectativas e, acima de tudo, trabalharmos dentro da legalidade.

Gostaria de abordar outro assunto, rapidamente, não mais de forma pessoal, mas no âmbito da Assembleia Legislativa.

No ano passado apresentamos uma proposta de plebiscito para que possamos discutir com a sociedade catarinense uma questão que entendemos ser muito importante, que é um dos símbolos do nosso estado, ou seja, o Hino de Santa Catarina. Naquele momento, na legislatura passada, 32 deputados assinaram essa proposta de emenda constitucional, mas quero fazer aqui uma ressalva ao Partido dos Trabalhadores, que não assinou a referida proposta por questões de encaminhamento, por não ter havido um debate interno. Mas queremos voltar a conversar para mostrar nosso real interesse nessa iniciativa e para fazer com que ainda este ano haja uma ampla discussão sobre o hino estadual.

Tenho o meu posicionamento, há muito tempo, há muitos anos. Não acho que o hino atual identifique o povo catarinense ou que ele identifique as belezas do nosso estado. Não há nenhuma vinculação direta entre o hino atual e o estado de Santa Catarina, porque ele foi escrito no momento da abolição da escravatura e foi adotado como hino oficial do estado através de uma lei promulgada pela Assembleia Legislativa. Mas hoje sentimos na sociedade catarinense, no jovem, no idoso e nas pessoas da meia idade, um sentimento de mudança. Apesar de ser uma poesia belíssima que retrata aquele momento da história do Brasil, não reflete a realidade catarinense atual.

O que pretendemos com o plebiscito? Primeiramente, aproveitar um dispositivo constitucional, de 1989, que permite o uso do plebiscito em temas polêmicos, em temas de relevância, para que haja uma manifestação de todos os cidadãos e não apenas dos representantes legislativos. E o momento oportuno para isso, se assim a Assembleia decidir, por maioria ou unanimidade, será a próxima eleição municipal. Aproveitaremos a oportunidade em que o eleitor irá às urnas para eleger os prefeitos e vereadores e faremos uma convocação de cidadania para que exerça também o voto plebiscitário.

Com isso pretendemos abrir uma ampla discussão. Aqueles que defendem a manutenção do atual hino poderão utilizar-se da mídia e do Parlamento para fazer a defesa das questões históricas, falar de tudo o que diz respeito ao hino; e aqueles que tiverem o pensamento contrário, também terão um grande espaço na mídia e nesta Casa para defender o seu posicionamento.

Quero fazer uma referência especial a uma pessoa que há muito tempo tem tentado despertar o interesse sobre esse assunto, que é o padre Ney Brasil Pereira. Todos conhecem o seu currículo, a sua história e hoje ele está em Florianópolis. Ele, que é de São Francisco do Sul, há muito tempo vem debatendo essa questão com várias outras lideranças estaduais, para ver, na verdade, o que representa o Hino de Santa Catarina. E aí, sim, aprovado o plebiscito, ou seja, se a maioria dos catarinenses se posicionar favoravelmente à mudança do hino, haverá, sim, um grande concurso público que será, efetivamente, o melhor mecanismo de democracia, para que todos os poetas, os músicos, aqueles que quiserem participar dessa nova proposta habilitem-se para a escolha do novo Hino de Santa Catarina.

Volto a dizer que debatemos muito esse assunto como secretário de estado de Turismo, Cultura e Esporte, juntamente com o Conselho Estadual de Cultura. E tivemos vozes discordantes durante o processo, como o Instituto Histórico e Geográfico e a Academia Catarinense de Letras. Mas há também muitas lideranças na área cultural que são favoráveis a essa discussão. E nada melhor do que a nossa proposta para discutimos esse assunto.

Na tarde de hoje, se não me engano, essa matéria irá à votação, através de um requerimento, para que volte a tramitar nesta legislatura, ou seja, solicitando o desarquivamento necessário, porque no final da legislatura passada todas as matérias não votadas foram arquivadas.

Esperamos colher os votos favoráveis para que ela volte a tramitar e oportunize uma ampla discussão acerca da questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, vou ocupar este espaço, nesta tarde, para abordar um assunto que julgo de extrema importância para Santa Catarina e que deverá ser objeto, com certeza, de muitas outras manifestações ao longo do nosso trabalho na Assembleia Legislativa. Refiro-me à situação da saúde em nosso estado.

Santa Catarina, que tem sido exemplo em muitas áreas, um estado promissor e de grande desenvolvimento, possui também, é verdade, exemplos extremamente positivos na área da saúde. Podemos citar, como exemplo, a questão dos transplantes, em que até pouco tempo atrás liderávamos o *ranking* de doações de órgãos por número de habitantes. Gostaria de citar, ainda, outro exemplo positivo.

Na semana passada, tive a oportunidade de conversar com uma cidadã que fez transplante de rim e fazia o registro de como ela fora bem atendida e como havia sido importante o atendimento que recebera pelo SUS. Temos, portanto, muitas coisas boas. No entanto, sr. presidente, srs. deputados, temos também muitas coisas a melhorar na área da saúde. Temos questões fundamentais que há anos são abordadas e, infelizmente, estão demorando a ser resolvidas. Uma dessas questões sempre é objeto de debates em campanhas eleitorais, mas que

tem entrado governo, saído governo e não se percebe, na prática, uma alteração substancial. Trata-se do deslocamento de pacientes para os Tratamentos Fora de Domicílio - os TFDs.

Há casos impressionantes de municípios, de onde chegam a sair diversos veículos por dia para buscar tratamento em outras localidades. Há um caso, inclusive, citado pelo secretário de estado da Saúde numa entrevista recentemente dada ao *Diário Catarinense*, se não me falha a memória, abordando o caso de São José do Cedro, de onde saem de seis e oito veículos levando pacientes para tratamentos em diferentes pontos, inclusive fora de Santa Catarina.

Citei esse exemplo dado pelo próprio secretário para termos a clareza de que é do conhecimento das nossas autoridades de saúde as mudanças e as melhorias que precisam ser feitas em Santa Catarina. No entanto, precisamos estabelecer um debate para definir a questão da quantia dos recursos que é destinada para a área da saúde e também a forma de gerência desses recursos. Sabemos que há gargalos importantes que precisam ser resolvidos no âmbito do SUS, como, por exemplo, a tabela de pagamento. Também sabemos que há questões fundamentais que precisam ser resolvidas no âmbito do estado.

Recentemente, foi inaugurado o Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, ação importante que merece ser destacada, mas é preciso que lá haja equipamentos e profissionais de todas as especialidades. Outro grande gargalo dos municípios do interior catarinense é a dificuldade de médicos em diversas especialidades.

Há uma discussão que está sendo travada nos bastidores, que é a concessão dos hospitais públicos para organizações sociais. Sabemos que há casos de belas parcerias que são feitas com entidades sem fins lucrativos. Também sabemos que se o estado simplesmente passar os hospitais para essas entidades, teremos a impressão nítida de estar ocorrendo algo como "lavar as mãos", ou seja, simplesmente repassar o problema. Não é a questão de ser uma organização social ou não que vai resolver o problema, o fato é que não há recursos suficientes destinados à área da saúde.

Tivemos acesso, no dia 18, sexta-feira, a um documento, através de um cidadão do oeste catarinense, dando conta de que os médicos plantonistas do Hospital Regional de Chapecó, que sempre recebem seus pagamentos até o dia 10 de cada mês, não receberam seus salários referentes ao mês de fevereiro. Simplesmente não foram efetuados, segundo essa pessoa que nos remeteu esse documento. Questionada pelos médicos, a direção do hospital disse que não há previsão de quando vão pagar os profissionais e que depende do repasse de verbas pelo governo, o que não teria acontecido.

Portanto, srs. deputados, toda vez que colocamos a saúde em debate em Santa Catarina, fatalmente teremos que abordar a questão do financiamento, da quantia de recursos e até onde, de fato, ela é, de fato, a prioridade número 1, 2 e 3, como foi dito pelo governador durante a campanha eleitoral.

A "ambulancioterapia" em casos em que não haveria necessidade, em casos em que os equipamentos poderiam estar em diversos hospitais regionais ou municipais, é um fato que precisa ser olhado com urgência e que pode, dependendo da ação que for tomada, salvar vidas.

Nós sabemos que, de maneira geral, todos os governos dizem que saúde é prioridade. Agora, temos que ver isso na prática, na destinação dos recursos, na solução efetiva dos problemas.

Quero dizer também, para não fugir de um debate mais amplo, saindo, inclusive, do estado de Santa Catarina, que em nível nacional

está pendente a regulamentação da Emenda n. 29, que pode prever recursos adicionais para a saúde.

Nós temos que fazer esse debate, sim, o governo federal também precisa alocar mais recursos, o governo do estado precisa alocar mais recursos, os governos municipais não podem ficar limitados aos 15%, precisam de mais recursos. Só com mais recursos teremos, de fato, os nossos hospitais bem equipados, o SUS funcionando com qualidade e poderemos criar um programa de descentralização de especialidades, dando incentivos, inclusive, para que os profissionais médicos possam atender não só nas capitais, mas no interior, especialmente do nosso querido estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, minha manifestação é na direção do que falava o deputado Neodi Saretta, ou seja, a saúde.

Estou chegando de uma visita ao Hospital Regional de São José, juntamente com o deputado Volnei Morastoni que, como presidente da comissão de Saúde, nos convidou para, às 11h, chegarmos àquele hospital, onde funciona também o Instituto de Cardiologia de Santa Catarina. Acabamos de chegar, por isso a dificuldade de estarmos aqui antes.

A comissão de Saúde está muito bem presidida pelo deputado Volnei Morastoni que, de fato, vai debater os assuntos e buscar entender as situações, as dificuldades, os problemas para também poder sugerir as melhores soluções.

Evidentemente, não vou conseguir, nesse tempo que falta, falar de todas as questões, mas suponho que o deputado Volnei Morastoni também aborde essa questão, se possível, ainda na tarde de hoje.

Temos, desde a semana passada, falado sobre esse assunto aqui, sobre as dificuldades encontradas naquele hospital, e é preciso que se registre que não é somente naquele hospital, com certeza absoluta pode-se dizer que é no conjunto do serviço público de saúde do estado de Santa Catarina. Aquele hospital agora tem aparecido, inclusive através dos meios de comunicação, de forma mais forte justamente porque chegou a uma situação de estrangulamento no atendimento à população da Grande Florianópolis e de Santa Catarina que o procura.

Há problemas de estrutura física, ou seja, falta espaço físico mesmo, não há leitos suficientes, não há quartos suficientes, não há pavilhões suficientes para que todas as pessoas que precisam de internação permaneçam internadas de forma adequada. Por isso, é necessário ir acomodando nos corredores, como temos visto.

Além de estrutura física, faltam também servidores, profissionais de nível técnico e médicos. Há, por exemplo, uma demanda reprimida, no Hospital Regional de São José, na área de ortopedia. Mais de três mil pacientes estão na fila, deputado Padre Pedro Baldissera, cadastrados desde 2003, portanto há oito anos, para fazer uma cirurgia. Por exemplo, um cidadão que quebrou a perna num acidente de moto precisa fazer uma cirurgia de correção depois de ter feito o tratamento básico e emergencial, mas está há oito anos esperando, evidentemente tocando a vida. Uma funcionária que trabalha lá,

que cuida dessa fila, conheceu crianças que entraram na fila e que hoje são adultos e continuam na fila. Isso é para ver a gravidade da situação, que não é um problema atual, não é de agora, não é um problema deste governo, não é um problema do governo que terminou, mas é um problema histórico, de todos os governos do passado e, evidentemente, dos atuais também.

É preciso investir muito mais nessas áreas e é preciso trabalhar muito mais no nível do município, para que boa parte das demandas de nível básico seja resolvida lá no interior e não precise de hospital. É preciso construir o hospital de cardiologia, o instituto de cardiologia de Santa Catarina, e é importante que ele funcione lá.

É preciso discutir melhor todas essas questões, mas há demandas na área da estrutura, na área de pessoal e na área de serviço público de saúde em geral, cujo atendimento deve ser feito no município, para que se possa efetivamente melhorar a saúde pública no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

A deputada Ada De Luca já antecipou o assunto e quero dar continuidade, embora com outro enfoque, que é a lentidão no processo de duplicação da BR-101, deputado Altair Guidi, que apesar das constantes cobranças parece que fica cada vez mais distante e as dificuldades para nós, lá do sul, ficam cada vez maiores, deputado José Milton Scheffer.

Hoje, começou a ser cobrada a nova taxa de pedágio, o novo valor do pedágio, com um reajuste muito acima da inflação. Sou contra pedágio em qualquer condição, mas há que se reconhecer, deputado Dado Cherem, que os valores cobrados em Santa Catarina são bem menores se comparados a outros estados.

O problema é que nós pagamos o pedágio na Palhoça, deputada Dirce Heiderscheidt, para irmos para o sul e enfrentarmos aquela roleta russa. O que dói é pagar R\$ 1,40, deputado Neodi Saretta, entrar num trecho que não tem duplicação, onde a cada dia muda a sinalização, porque as empreiteiras são folgadas demais. Falta controle, falta fiscalização! É um deboche. Nós corremos risco constante em trafegar por aquele trecho não duplicado. À noite, com chuva, é uma desgraça. Sair vivo é fato para fazer uma oração de agradecimento, porque está muito complicado. E o pior é que não conseguimos vislumbrar a conclusão disso em curto espaço de tempo, porque quando estivermos com todo o trecho duplicado ainda vamos ter os gargalos, como a ponte da Cabeçuda e o corte do Formigão, em Tubarão. Ali há uma obra mais curta, deputado Altair Guidi, v.exa. conhece bem, aquele túnel é obra para menos de um ano, talvez. Quanto à ponte da Cabeçuda, o edital foi lançado agora e o prazo da obra é de 1.500 dias. Mil e quinhentos dias são pelo menos cinco anos! E os valores, deputado Elizeu Mattos, falávamos há pouco sobre isso, assustam.

Quanto à ponte da Cabeçuda, recorde-me quando participei da audiência pública em que foi apresentado o projeto, lá em Laguna, e o pré-custo foi orçado em R\$ 228 milhões. E eu disse na época aos técnicos do DNIT que R\$ 228 milhões para uma ponte era muito dinheiro. Isso é preço de um lote! Aí um técnico me disse que era

verdade é claro. Mas é uma ponte bonita, é uma ponte de 2.800m, com um vão central de duas torres de 72m e tudo mais. Então, o alto custo se justifica em função disso.

No ano passado, quando lançaram o edital, falava-se numa previsão de R\$ 500 milhões. Já não eram mais R\$ 228 milhões. Já havia duplicado o custo da obra, não a duplicação, a BR. E para nossa surpresa, deputados, o edital foi lançado com uma previsão de custo de R\$ 680 milhões.

Não tenho dúvida de que isso vai ser aditivado em mais 25% - é o que a lei permite - e vai chegar a quase R\$ 1 bilhão. Vejam, é apenas a construção da ponte! Deputado Dado Cherem, esse era o preço inicial que se estimava para toda a obra, para toda a duplicação.

Então, além da morosidade há outras coisas acontecendo nesse processo, que precisam ser acompanhados. E olhem, não votei, mas estou gostando muito da presidente Dilma Rousseff. Não votei nela. V.Exas. sabem disso. Mas estou gostando muito. Acho que o governo dela vai ser realmente um governo bem mais austero e acho que precisamos também de alguma forma pedir a todos os órgãos de controle do governo que deem uma olhada nesses valores pelos quais estão sendo contratadas as principais obras da duplicação da BR-101.

O que me intriga ainda mais é a falta de notícias sobre o túnel do Morro dos Cavalos. Aquela é uma obra que imagino de tanto tempo de duração quanto a ponte da Cabeçuda, talvez. E tenho informações extraoficiais, e não quero alamar ninguém, de que os estudos geológicos daquela região não estão muito seguros nem conclusos ainda, deputado Altair Guidi, até porque se tem pouca informação daquele túnel.

Por exemplo: está-se prevendo a passagem da Ferrovia Litorânea pelo túnel. Há projeto para isso? Porque o projeto de concessão da Ferrovia Litorânea, projeto do Executivo, está em andamento. Será que o ministério dos Transportes se comunica? Ou vai fazer uma toca de não sei quantos metros agora e daqui a três, quatro anos, mais uma?

Acho que precisamos, como Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entrar mais nesse debate, buscar mais informações, acompanhar mais esses valores, porque há morosidade, são vidas que estão sendo perdidas e não há prazo para terminar.

Acho que R\$ 700 milhões por uma ponte é dinheiro demais. Começou com R\$ 200 milhões e está em R\$ 700 milhões. Até a ponte estar pronta vai passar de R\$ 1 bilhão! Eu acho que precisamos ficar mais atentos a isso.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Joares Ponticelli, essa informação repassada por v.exa. é uma informação muito séria, ou seja, R\$ 600 milhões numa ponte é mais do que o BID V e o BID VI, que servirão para restaurar mais de mil quilômetros de rodovias. Todo esse dinheiro para uma ponte? Essa é uma informação séria. Eu nunca vi e acho que não existe ponte nesse valor. Também acho que o Ministério Público Federal tem que ser acionado, assim como a Coordenadoria-Geral da União, porque não sabemos de nada.

Eu também quero trazer aqui a questão da BR-282, cuja obra está há dois anos parada. Em quatro meses uma empresa faz, depois vem outra empresa desfaz e refaz tudo de novo. São três anos de obras e não conseguimos ver a inauguração da BR-282, no trecho BR-101 até Alfredo Wagner.

Agora, R\$ 600 milhões numa ponte?!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - São R\$ 680 milhões, deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pelo que eu sei, toda a duplicação da BR-101 sairia R\$ 12 milhões ou então, deputado Joares Ponticelli, a inflação que está sendo anunciada aí é mentirosa. É muito mais do que isso, não são 4%, 5% ao ano. Essa inflação está totalmente diferenciada daquilo que está sendo divulgado nessa obra. É preocupante, porque é uma obra para os catarinenses, mas é dinheiro público, é dinheiro do povo que está sendo empregado.

Eu acho que nós, como deputados, mesmo sendo uma obra federal, temos que procurar as instâncias competentes para saber como e onde está sendo gasto esse dinheiro todo somente numa ponte.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos. Lá em Tubarão está-se iniciando o movimento "BR-101, vamos duplicar a pressão", de diversas lideranças, que estão querendo engajar-se para acelerar as obras. Então, esse movimento de todo o sul, deputado Altair Guidi, deputado José Milton Scheffer, chamado "BR-101, vamos duplicar a pressão", pretende dar celeridade às obras.

Mas, paralelamente a isso, acho que precisamos acompanhar esses valores que estão sendo contratados, porque é dinheiro público, e também precisamos ver como está o projeto do túnel do Morro dos Cavalos, porque dispomos de poucas informações e sabemos que esse gargalo também vai levar muito tempo até disponibilizar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Não havendo parlamentares do DEM que queiram fazer uso da palavra, está encerrado o horário destinado aos Partidos Políticos. Como há um acordo de lideranças para que a Ordem do Dia tenha início, conforme o Regimento Interno, às 16h, suspendemos a presente sessão até o horário previsto para o seu início.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Explicamos a todos que acompanham a sessão neste plenário e através da TVAL que ainda estamos iniciando as atividades, as comissões ainda estão iniciando os seus trabalhos. Por isso a pauta está com um número reduzido de matérias, basicamente moções, requerimentos e indicações, até que os demais projetos tenham sua tramitação concluída, iniciando na comissão de Constituição e Justiça e passando pelas demais comissões.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0041/2011, 0042/2011 e 0043/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0044/2011 e 0045/2011, de autoria do deputado Manoel Mota; 0046/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0047/2011, 0048/2011, 0049/2011, 0050/2011 e 0051/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0052/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; e 0053/2011, de autoria do deputado Renato Hinnig, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0049/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel; 0050/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0051/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0053/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0054/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0055/2011, de autoria do

deputado Joares Ponticelli; e 0056/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0052/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Agricultura e ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo medidas administrativas de proteção e auxílio aos produtores de arroz irrigado no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0057/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao Superintendente do DNIT, pedindo a construção urgente de um novo trevo na BR-282, no município de Joaçaba, no acesso aos municípios de Lacerdópolis e Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0006/2011, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao Sindicato dos Trabalhadores em Carro Forte, Guarda, Transporte de Valores e Escolta Armada de Santa Catarina, manifestando apoio à luta dos trabalhadores dessa categoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0003/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações referentes à restauração, reabilitação e manutenção da ponte Hercílio Luz.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0004/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Infraestrutura, solicitando informações sobre qual o motivo da demora no atendimento da comunidade de Serra Velha, no município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 0187/2010, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade da medida provisória.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, não poderia deixar de assomar à tribuna para renovar a preocupação da população catarinense com referência às mortes que têm ocorrido no trânsito neste estado.

Todos nós acompanhamos pela mídia, no último final de semana, o atropelamento de uma turista argentina em Jurerê Internacional. Ela e seus familiares estavam aqui passando as férias e foi atropelada sobre a faixa de segurança. Dizem até, às vezes, que estou meio neurótico com a questão do trânsito, principalmente com relação à faixa de segurança.

Em Balneário Camboriú, na avenida Atlântica, a preferência deve ser para o pedestre. Infelizmente vejo que precisamos fazer no Brasil um trabalho de conscientização no trânsito, de mudança na legislação. Nesse caso que ocorreu em Jurerê, o motorista foi autuado em flagrante, mas, infelizmente, a lei permite que seja arbitrada a fiança e que ele responda ao processo em liberdade. Ele saiu da delegacia de polícia ainda embriagado para voltar para sua casa, sem ter consciência do mal que provocou à sociedade, destruindo uma família.

Então, precisamos incluir esse tema no currículo escolar, dar orientação em todas as escolas, fazer seminários, palestras. Se a faixa de segurança tem utilidade apenas quando não tem nenhum veículo cruzando a via, então ela não precisa existir. Os motoristas não respeitam a faixa. Temos que fazer um trabalho de conscientização para os pedestres também, para que eles obedeçam à faixa de segurança. Eu sou motorista e faço questão de dar preferência ao pedestre e às vezes até mexo com alguém que não está fazendo o cruzamento pela faixa de pedestre.

É necessário penalizar com maior rigor o descumprimento da lei principalmente quando há um atropelamento ou uma morte sobre a faixa de trânsito. Peço que nos mobilizemos, bem como as comissões da Casa, esta Assembléia como um todo, os prefeitos municipais, os governos estaduais, o Detran, a própria secretaria de Turismo e a secretaria da Segurança para que façamos uma campanha a fim de efetivamente reduzir o número de mortes no trânsito. Os jovens de bem estão perdendo a vida no trânsito e os jovens que se desvirtuam estão perdendo a vida no tráfico, na criminalidade.

Nós, infelizmente, estamos vendo uma mortandade de jovens, uma geração se perdendo em razão disso tudo que tem acontecido com as drogas, com o trânsito. Então, não poderia deixar de registrar essa preocupação, que é também de todos os catarinenses.

Vamos fazer as prefeituras investirem, pintando faixas, mantendo atualizada a sinalização, fazendo campanhas de trânsito nas escolas, porque as crianças cobram isso dos pais. Quando a criança, no banco traseiro do veículo, verifica que o motorista cometeu uma irregularidade, se ela sabe que aquilo não está

correto, ela cobra. Então, é importante fazermos campanhas nas escolas, mas precisamos da mobilização dos governos estaduais, municipais e de todos para que possamos reduzir o número de mortes no trânsito, principalmente de jovens.

Queria também aproveitar para fazer mais um registro de uma matéria relativa à área de segurança pública: "Assaltos para sustentar o vício". Trata-se de um criminoso que era responsável pelos sequestros relâmpagos que estavam acontecendo na região da Beira-Mar, em Florianópolis. Precisamos reconhecer o trabalho de investigação que a Deic faz e quero parabenizá-la pela prisão de mais esse criminoso. É mais um criminoso que, ao invés de procurar um familiar, saiu do presidio e foi praticar assaltos para sustentar o vício do crack.

A luta contra o tráfico e a criminalidade é muito importante e eu não poderia, sr. presidente, deixar de registrar mais esse crime lamentável que atingiu a sociedade catarinense, quando uma turista perdeu a vida sobre a faixa de segurança.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Renato Hinnig, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ontem tive a oportunidade de participar de um momento importante para Florianópolis, que foi a entrega da ordem de serviço, por parte do sr. governador e do secretário da Infraestrutura, da duplicação SC-401, que liga Florianópolis ao norte da ilha. Essa obra vinha sendo reivindicada há muito tempo por toda a comunidade florianopolitana e catarinense, pela importância fundamental para o turismo de Santa Catarina.

Juntamente com as obras da SC-405, que também é uma das grandes prioridades e cujo processo de indenização precisa ser trabalhado e concluído, a SC-401 é um dos gargalos que estrangulam a expansão do turismo na capital do estado.

Naquela oportunidade, fruto de uma conversa que tivemos dias atrás com o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, ele mencionou que entre todos os projetos que estão sendo conduzidos pela secretaria, é prioridade incluir uma humanização das rodovias estaduais existentes na ilha de Santa Catarina. Essa humanização, que é um pleito nosso, seria a inclusão de ciclovias, a inclusão de passeio para pedestres, a iluminação pública ao longo dos cento e tantos quilômetros de rodovias estaduais que existem em Florianópolis. Isso, além de dar segurança à população que anda a pé ou de bicicleta ao longo das rodovias, também irá constituir-se numa nova modalidade de deslocamento, contribuindo com uma solução para a mobilidade urbana, pois viabilizaria o deslocamento das pessoas por toda a ilha de Santa Catarina.

Para esse propósito, colegas deputados, foi aprovada, na data de hoje, uma indicação de minha autoria, pedindo que esse mesmo modelo seja implementado em todas as rodovias estaduais da Grande Florianópolis, num primeiro momento, porque os recursos a serem aplicados trariam, sem dúvida alguma, uma excelente qualidade de vida para a população e mais uma opção turística para a nossa ilha.

Tive também a oportunidade de participar de um momento importante para a cidade de Florianópolis, que foi o lançamento do Plano de Saneamento Básico do município, realizado na manhã de ontem, no gabinete do prefeito Dário Berger. Florianópolis é um dos poucos municípios de Santa Catarina que

concluíram os estudos para o saneamento básico a ser implementado no município, o qual prevê metas a serem atingidas nos próximos anos, que passarei a relatar a seguir.

Com relação ao abastecimento de água, o plano prevê que até 2015 90% da população total fixa e fluante de Florianópolis esteja sendo atendida; até o ano de 2020, 95% da população, e até 2030, 100% da população, com investimentos previstos na ordem de R\$ 337 milhões.

Foi estabelecida como meta para o esgotamento sanitário que até 2015 70% da população total fixa e fluante da nossa capital seja atendida por esgotamento sanitário, até 2020, 77% da população e até 2030, 100% da população, com investimentos previstos de R\$ 1,132 bilhão.

Esse plano também trata de uma questão importante, que é a dos resíduos sólidos urbanos, cuja meta é reduzir em 20%, até 2015, a quantidade de resíduos sólidos enviados ao destino final; reduzir em 40%, até 2020, a quantidade de resíduos sólidos enviados ao destino final, além de implantar as centrais e a usina de tratamento de gerenciamento de resíduos sólidos; e reduzir em 60%, até 2030, a quantidade de resíduos enviados ao destino final, com investimentos previstos da ordem de R\$ 442 milhões.

Além disso, esse plano trata da drenagem urbana, que tem a meta de implantar, até 2015, 30% das obras e serviços de drenagem urbana, de implantar, até 2020, 50% das obras e serviços de drenagem urbana, e até 2030, 100% das obras e serviços de drenagem urbana, com a implantação de mecanismos de prevenção e controle de inundações, cujos investimentos previstos são de R\$ 606 milhões, num total de investimentos nessas quatro áreas de R\$ 2,517 bilhões.

Quero parabenizar toda a equipe do prefeito Dário Berger, os vereadores e a população de Florianópolis que, ao longo dos dois últimos anos, discutiram amplamente esse tema, tendo ocorrido diversas audiências públicas, sendo agora concluído esse trabalho que será submetido à Câmara de Vereadores, onde certamente será discutido e ainda, se for o caso, aperfeiçoado, para, a partir daí, Florianópolis ter um Plano de Saneamento Básico implementado.

Sr. presidente, quero dar a minha contribuição não somente como parlamentar, mas também como secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, cuja pasta devo assumir nos próximos dias. Iremos trabalhar para que não somente a capital catarinense tenha esse plano, como todos os municípios da Grande Florianópolis, para que possam começar a trabalhar nessa direção, a fim de que nessas regiões seja implementado esse tipo de política, com o estabelecimento de metas claras e a busca de recursos para fazer os investimentos necessários.

Era isso o que gostaria de dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, nobre colega médico e deputado Antônio Aguiar, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, pela manhã, na condição de presidente da comissão de Saúde desta Casa, acompanhado pelo nobre deputado Sargento Amauri Soares, que também integra essa comissão, e por delegação de todos os seus membros, já que nem todos puderam estar presentes, fiz uma visita, podemos dizer assim, de inspeção, uma vistoria, ao Hospital

Regional de São José, que é um dos maiores e mais importantes hospitais da Grande Florianópolis, que também é referência para todo o nosso estado.

O motivo da visita foi o fato de, nos últimos dias da semana passada, terem sido veiculadas várias denúncias sobre o hospital, desde a superlotação extrema da Emergência, com mais de 50, 60, 70 pacientes nos corredores. Hoje ainda constatamos essa realidade. Não havia tantos pacientes nos corredores, digamos que havia 1/3, e já estavam superlotados os corredores, que acabaram servindo de enfermaria. E além das denúncias de superlotação, também havia problemas relacionados com a nutrição, com a alimentação do hospital que é fornecida por uma empresa chamada Nutribem.

Quero agradecer, em primeiro lugar, ao deputado Sargento Amauri Soares pela participação direta na nossa visita. Também quero agradecer à diretora-geral da instituição, dra. Marize Regina Rodrigues, e ao gerente de administração, Fernando Luz, que nos receberam. Depois de um pequeno entrevero na recepção, conseguimos convencê-los, mantendo contato direto com o secretário estadual da Saúde, de que seria importante a presença de vários órgãos da imprensa, principalmente dos canais de televisão, na visita. Se não há nada a esconder, eles não tinham o que temer. Queríamos somente checar o que estava acontecendo.

Nós temos que assomar à tribuna também para apresentar sugestões e não apenas para fazer discursos de denúncias sensacionalistas! Essa é uma atribuição importante de cada membro das comissões, especialmente da Saúde, a fim de que possamos inteirar-nos desses problemas crônicos e cruciais da saúde e apresentar propostas para ajudar a resolvê-los.

Fiquei oito anos fora desta Casa, estou retomando agora e voltando um pouco no tempo, dez, 12, 15 anos, vejo que os problemas são praticamente os mesmos, só que agravados. Vamos ter que colocar o dedo nessa ferida, deputado Sargento Amauri Soares, para debater essa questão. Inclusive, vou anunciar a principal decisão que tomamos lá. Além de constatarmos vários fatos que podemos aqui descrever, vou relatar a visita que fizemos ao centro cirúrgico, à cozinha, ao refeitório - dá até para dizer que são praticamente dois hospitais num hospital - e ao Instituto de Cardiologia, que tem um bom atendimento, igualando-se em qualidade à rede privada. Mas é preciso um espaço para ele, para separá-lo do Hospital Regional de São José, fazendo a expansão do próprio hospital e transformando-o num centro de excelência em ortopedia, que é a grande demanda.

Nós constatamos que no andar dos centros cirúrgicos há mais de três mil pacientes na lista esperando, sendo que, desses, 80% são de ortopedia. Então, há uma demanda reprimida muito grande. Só no dia a dia o Hospital Regional já precisa de mais um cirurgião e um ortopedista de plantão. Um hospital com essa demanda, com esse volume de trabalho, com a quantidade de casos de emergência, ter somente um cirurgião e um médico ortopedista de plantão é muito pouco! É preciso, no mínimo, mais um de cada especialidade, para dar conta do trabalho, porque é muita sobrecarga para os médicos. E o pessoal da enfermagem está trabalhando no limite da exaustão. Há falta de técnicos de enfermagem; há somente um técnico em gesso por dia de plantão para fazer as chamadas imobilizações ortopédicas. É necessário formar mais técnicos em gesso, pois um só não dá conta, é estresse demais para cuidar de uma coisa importante, que é a saúde do nosso povo.

Precisamos de mais profissionais, de mais médicos, de mais anestesistas. Por exemplo,

há salas ociosas de cirurgia, enquanto há mais de três mil pacientes esperando na fila. E as salas estão ociosas por falta de especialistas, por falta de anestesistas!

Esses problemas têm que ser resolvidos, mas, como falei, começando de trás para frente, apresentando a principal proposta, dentro do espírito desta Casa de debater esses problemas na comissão de Saúde. Assim, com a secretaria estadual da Saúde e com a comunidade iremos realizar uma audiência pública de âmbito regional - Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu - para debatermos a situação daquele hospital, como também a situação da saúde em cada um desses municípios, porque muitos dos casos que demandam à Emergência, ao Pronto Socorro do Hospital Regional são de falta de atendimento nos municípios. Então, como está a atenção básica nesses municípios? Como está a estratégia de saúde da família? Como estão as unidades de pronto atendimento nesses municípios? Se não estão em número suficiente, sobra para a Emergência de um hospital como aquele.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Volnei Morastoni, em primeiro lugar, quero parabenizar a comissão de Saúde por esse brilhante trabalho. Em segundo lugar, é importante registrar para o governo, que muitas vezes acaba interpretando esse tipo de ação como demagogia, mas não é, é uma ação mostrando que é necessário um plano emergencial para a saúde de Santa Catarina. Se formos visitar o Centro de Hemodiálise do Hospital Florianópolis veremos que ele funciona três dias apenas por semana, e é um centro que foi inaugurado recentemente.

Então, esse contexto é importante para ajudar no diagnóstico, para que este governo veja que o prazo de 90 dias para apresentar um diagnóstico logo se encerrará e que é necessário um plano emergencial para a saúde de Santa Catarina.

Parabéns para a comissão de Saúde que está realmente elaborando uma proposta continuada de ação da Assembleia Legislativa para melhorar a saúde do nosso estado.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, companheiro Jailson Lima. Temos que dar um tempo e um prazo. Lógico que o governo está assumindo agora, mas ele é uma continuidade de outro governo e o povo não pode mais esperar.

Assim sendo, sr. presidente, a comissão de Saúde ficará à disposição para esse debate, inclusive voltarei a discutir esse assunto mais vezes na tribuna, deputado Sargento Amauri Soares, porque é praticamente impossível abordar todos os aspectos em poucos minutos.

Ainda sobre a Nutribem, sr. presidente, há, desde 2008, 2009, reiteradas denúncias acerca da má qualidade da alimentação que oferece. Hoje ainda conversei com um juiz da capital, que fez um encaminhamento para que o Ministério Público finalmente instaure o competente inquérito civil público, a fim de apurar fatos e responsabilidades relacionados às normas sanitárias da empresa Nutribem, que presta serviços ao Hospital Regional de... (Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar, ainda em Explicação Pessoal, o eminente líder da bancada do PMDB, deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados,

venho a esta tribuna porque protocolei, na semana passada, uma indicação muito importante para o estado de Santa Catarina, sobre a qual farei algumas considerações.

(Passa a ler.)

"Protocoloiei nesta Casa, na última semana, a indicação que solicita ao governo do estado estudo visando a garantir a mudança do início do ano letivo das escolas públicas estaduais para o dia 25 de fevereiro.

Sem dúvida, com essa atitude possibilitaremos a permanência de turistas em nossas praias e regiões turísticas, o que acarretará ganhos para a economia municipal e, consequentemente, para o estado.

A Lei de Diretrizes Básicas da Educação não fixa o dia do início e do término do ano letivo. A LDB define apenas a carga horária e os dias mínimos de efetiva atuação. Vale registrar que o vizinho estado do Rio Grande do Sul inicia o seu ano letivo no dia 28 de fevereiro.

Dentre a grande quantidade de turistas que desfrutam as belezas naturais de nosso estado na alta temporada, sem dúvida, a maioria absoluta vem do estado gaúcho. Outro estado brasileiro que possui foco na indústria do turismo, a Bahia, inicia as suas aulas no dia 2 de março."

Então, Santa Catarina, que já recebeu vários prêmios como o melhor estado para receber o turista, não pode dar-se ao luxo de ter apenas 30 dias de temporada, porque quando as aulas têm início, todos os investimentos vão para onde? Vão para o ralo!

É preciso chamar a atenção para esse fato e fazer como a Bahia, que fez um planejamento e determinou que as aulas começassem no dia 2 de março, ficando a temporada com um pouco mais de 60 dias. Estamos pedindo o começo das aulas para o dia 25 de fevereiro. É o mínimo para que possam ser feitos investimentos seguros visando a atrair os turistas. Quem é que mais frequenta Santa Catarina? É o vizinho Rio Grande do Sul, onde as aulas começam no dia 28 de fevereiro, ao passo que aqui já começam nos primeiros dias de fevereiro.

Então, é preciso, sim, chamar a atenção! É preciso fazer um estudo desse calendário para que com o potencial que temos possamos atrair turistas do Brasil inteiro. É possível! Se no Rio de Janeiro é possível, se na Bahia é possível, se no Rio Grande do Sul é possível, também é possível em Santa Catarina.

Então, é preciso, sim, levantar essa questão; é preciso ter coragem; é preciso decidir; mas é preciso entender que aqueles que têm coragem e vêm para o estado fazer investimentos na área do turismo devem ser beneficiados também.

E é por isto que levantei essa questão: porque entendo que dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação pode-se achar um calendário possível para que Santa Catarina continue recebendo o prêmio como o estado mais bem preparado para receber o turista do Brasil e do mundo inteiro.

Então, por essa razão fiz um estudo, e essa indicação é o início de uma batalha. Tenho certeza de que ela vai ser vitoriosa e quem vai ganhar será Santa Catarina, sem prejuízo dos alunos. Apenas diminuindo um pouquinho em julho e aumentando em dezembro vamos ter um calendário capaz de tornar este um dos melhores e mais preparados estados para receber o turista do Brasil.

Agora quero abordar outro assunto dentro deste meu pronunciamento. Como posso aceitar que uma empresa do exterior venha para cá enriquecer às custas daqueles que transitam na BR-101, aumentando a tarifa do pedágio sem a estrada estar terminada? A BR-101 não está

concluída! Se ela não está concluída, a empresa não tem que fazer reparos, não tem que fazer a recuperação. Então, está tirando o dinheiro da sociedade e fomos eleitos para defender o direito do povo catarinense!

Deputado Sargento Amauri Soares, por cinco vezes fechamos a BR-101, mas não tivemos sucesso porque não recebemos um apoio maior. Nós fizemos a nossa parte, mas ainda é preciso levantar essa questão da duplicação da BR-101, uma obra que se arrasta há anos, cujos gargalos foram licitados e onde estão as empresas trabalhando? Quando é que a BR-101 vai ser concluída?

Então, deputado Sargento Amauri Soares, se já fechamos a BR algumas vezes, se já respondo por quatro processos na Polícia Federal pelos fechamentos que fiz da BR-101 para buscar a ordem de serviço, penso que temos que tomar algumas medidas ou então fazer uma audiência pública, buscar esses empresários e dizer quem é o culpado! É o governo? São os empresários? Afinal, quem são os responsáveis?!

Porque a população continua pagando o preço do descaso, sendo que algumas pessoas morrem em decorrência dos acidentes, outras ficam totalmente fora de condições de trabalho, algumas com pernas ou braços quebrados. E a BR-101 vai-se arrastando.

Já tomei tantas medidas difíceis, sempre lutei em favor do povo, como estou lutando agora em favor daqueles que plantam. Sempre defendi as empresas fumageiras, que hoje estão tendo dificuldades na compra do fumo, na classificação. E quem vou defender? Evidentemente que os fumicultores, assim como também os arrozeiros.

Todos transitam pela BR-101, e é preciso que o Parlamento catarinense levante-se e grite com voz alta em defesa da soberania e do povo que, legítimamente, reivindicou e festejou o início das obras, mas não consegue festejar a conclusão de uma rodovia que vem ceifando muitas e muitas vidas.

E é com este espírito, meu caro presidente, que estou no sexto mandato nesta Casa: para defender a sociedade. Enquanto estiver na vida pública será com garra, determinação e lealdade pelo meu povo e pela minha região. Este é o espírito que norteia todos os dias a minha vida: o de defender, defender e defender o povo que confia em mim e que me colocou neste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, público presente na sessão de hoje e o que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, quero continuar tratando do tema saúde para buscar aprofundar a discussão, expor as questões dentro daquilo que penso e produzir resultados, através desta tribuna, em defesa da sociedade e do serviço público do estado de Santa Catarina.

Evidentemente, existem vários outros assuntos na nossa pauta, como a segurança pública, como as reivindicações e demandas históricas dos servidores da Segurança Pública. Esses são assuntos sobre os quais temos falado e dos quais falaremos todas as semanas. Mas quero, hoje, continuar nesse assunto da saúde pública e da nossa visita ao Hospital Regional de São José.

Antes de qualquer coisa, quero dizer que todos os servidores públicos do Hospital Regional de São José, incluindo a direção, que também é composta por servidores públicos de

carreira, podem ficar absolutamente tranquilos, não precisam ficar preocupados, porque a nossa participação, a nossa ida, o nosso trabalho lá não foi no sentido de desenhar uma situação em que a responsabilidade, a culpabilidade - se é que podemos falar nesses termos -, seja deles. Aquele hospital atende a milhares de pessoas todos os meses, em diversas áreas, em diversas especialidades da saúde pública, como ortopedia, cardiologia, oftalmologia, neurologia e obstetrícia, para citar cinco especialidades que oferecem atendimento naquele hospital, sendo que o setor de cardiologia é uma instituição à parte, mas está usando o mesmo prédio. São dois hospitais dentro de um só. Aí, evidentemente, falta estrutura, inclusive estrutura física.

Na área de cardiologia, a dra. Luciane nos mostrou que o fluxo dos próprios pacientes da cardiologia dentro do hospital coloca-os, inclusive, em risco e possibilita até a aquisição de infecção hospitalar, uma vez que a estrutura não foi pensada para aquele fim. É uma adequação realizada há mais de 20 anos, em 1985, quando o Instituto de Cardiologia saiu do Hospital Celso Ramos e foi para o Hospital Regional, à época, novo.

Então, quero dizer que o nosso trabalho é justamente para valorizar o serviço público estadual, a importância do servidor público e a necessidade do fortalecimento do serviço público. Em hipótese alguma é para desenhar um Hospital Regional como o patinho feio da saúde pública estadual, até porque problemas existem também em todos os outros hospitais do estado e do país.

O problema no Hospital Regional agravou-se por duas razões principais, sobre as quais o deputado Volnei Morastoni já falou. A primeira é a necessidade do atendimento básico pelo município, o que não está ocorrendo na Grande Florianópolis. Como exceção, podemos citar um atendimento que cumpre o seu papel na cidade de Florianópolis: as UPAs, criadas nos últimos anos, que têm dado conta do atendimento básico. Nas outras cidades da região esse atendimento é muito precário, insuficiente, e acaba empurrando toda a demanda para o Hospital Regional de São José, que é o mais próximo para quem mora nas cidades de São José, Biguaçu, Antônio Carlos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas e Paulo Lopes. Fora quem passa pela BR-101, na Grande Florianópolis, está-se sentindo mal por qualquer razão e vai para o Hospital Regional. Vemos ambulâncias dos Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária Federal, do Samu trazendo gente acidentada ou vitimada por qualquer trauma em toda a região para a Grande Florianópolis.

Então, um problema é a falta de atendimento básico. A outra razão é mais recente: foi fechado integralmente o Hospital Florianópolis, na área continental da capital, e foi fechada a Emergência do Hospital Celso Ramos, que é outro grande hospital do estado de Santa Catarina, no centro da cidade. Evidentemente, todo esse conjunto de demanda vai bater lá no Hospital Regional e aí falta espaço físico e as pessoas ficam dentro da Emergência numa cadeira.

Portanto, é uma situação dramática. Os servidores merecem sempre o nosso aplauso, e percebemos, deputado Volnei Morastoni - e v.ex.a. também pôde acompanhar -, que tanto os médicos, como os enfermeiros e técnicos falam com paixão do seu trabalho, emocionam-se ao falar do seu trabalho e do potencial que têm, da realidade que existia desde décadas atrás e das dificuldades atuais para continuar fazendo aquele trabalho que faziam.

Assim, não se trata, em hipótese alguma, de criticar os servidores e sequer a direção dos hospitais, mas de fazer essa análise de que é preciso melhorar e ampliar a estrutura,

desde o atendimento básico até o atendimento de terceiro nível, o atendimento de referência.

Por exemplo, uma questão que já citei como também o deputado Volnei Morastoni é que o Instituto de Cardiologia funciona dentro HRSJ, e com dificuldades. Fomos atendidos pelo dr. Romualdo, diretor do Instituto de Cardiologia, e pela dra. Luciane, que nos apresentaram a situação, assim como também fomos bem atendidos pela dra. Marise, diretora do Hospital Regional, e por Fernando Luz, gerente administrativo. Não se trata de criticá-los. Pelo contrário, trata-se de trabalhar junto - e todos eles são servidores públicos estaduais concursados e de carreira. Trata-se de dar as condições, pensar e planejar, a médio e longo prazo, as condições para que o serviço público possa efetivamente cumprir o seu papel e atender bem a população do nosso estado.

Por exemplo, uma demanda - e soubemos lá que já há um projeto - é a construção do Instituto de Cardiologia em terreno próximo ao Hospital Regional, próximo à Escola Técnica de São José, o que melhoraria, inclusive, o serviço de cardiologia e abriria mais espaço para o Hospital Regional poder tornar-se, quem sabe, um instituto de traumatologia, já que essa é a demanda maior, embora haja as outras especialidades que já citei. A própria oftalmologia poderia também se tornar um instituto separado.

Vimos lá, deputado Volnei Morastoni, as pessoas na sala de espera de cirurgia de oftalmologia. Elas ficam dentro de um quadradinho de 2x2. Parece um depósito, um lugar trancado. Então, com certeza, é preciso mais estrutura para resolver esse problema.

Assim, vamos estar nesse debate não para criticar este governo, o outro governo ou o governo futuro, porque se não se tomar uma providência, daqui a quatro, seis, oito ou dez anos vamos estar aqui dizendo a mesma coisa.

Então, trata-se de se aliar com a sociedade e com os servidores estaduais no sentido de trabalhar junto com todos os poderes do estado, especialmente o Poder Executivo, para se investir mais para superar esses problemas, que foram originados por uma política de 20 anos de estrangulamento do serviço público, no projeto de enfraquecimento do serviço público, um projeto que tem, no mínimo, 20 anos em nosso país.

Portanto, essa é a origem, é a essência da causa do problema que afeta a saúde, a segurança, a educação e tantas outras áreas do serviço público.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Sargento Amauri Soares, parabéns pelos seus pronunciamentos de hoje sobre esse assunto. V.Exa. fez dois pronunciamentos importantes sobre a saúde, em decorrência da própria visita que fizemos ao Hospital Regional São José, com enfoques muito bem acertados.

Com relação a essa visita, queremos dizer, como falamos antes, que vamos ter a oportunidade de vários desdobramentos e avaliações, porque

servirá até de exemplo, de modelo. E o principal problema que vamos ver nos debates é o acesso. Quando o paciente não tem acesso lá na base, num posto de saúde, nos serviços básicos, ele vai acessar a emergência do hospital mesmo quando isso não é pertinente.

Então, nós vamos continuar debatendo com muita persistência esse tema nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni, e seguiremos, com certeza, nesse debate.

Parabenizo mais uma vez v.exa. pelo vigor do ritmo que está impondo ao trabalho da comissão de Saúde, comissão da qual temos a honra de fazer parte dela.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. deputado Antônio Aguiar, que neste momento preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Ocupo esta tribuna no dia de hoje, mais uma vez - já o fiz na semana passada -, para cobrar agilidade do Executivo, do governo do estado, no encaminhamento dos nomes dos próximos responsáveis pelas SDRs para atender a nossa população.

Deputado Volnei Morastoni, neste final de semana percorri várias regiões do estado e pudemos perceber que a questão é a mesma: falta de agilidade nos processos. E isso se dá nos processos de saúde, vem-se dando, como já falei na semana passada, sr. presidente, na questão da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Os processos estão parados e não há a indicação dos responsáveis nas regiões. Foi repassado muito trabalho para as SDRs e agora os responsáveis não estão conseguindo dar encaminhamento às questões. Isso nos preocupa muito porque a população deixa de ser atendida.

Há a informação de que existe um projeto de reforma administrativa. Se for para resolver essas questões, vamos apoiar, porque o próprio lema do candidato, hoje governador, Raimundo Colombo era governar para as pessoas. Agora, se vier para cá, deputada Luciane Carminatti, uma reforma administrativa para criar mais cargos de confiança e não cargos para atender a população na ponta, com mais médicos, mais enfermeiros, mais técnicos para atender as nossas empresas públicas, como a Fatma, e para atender os nossos agricultores e os nossos empresários, que precisam de licenças, seremos contra. Essa é a nossa avaliação que se faz, hoje.

Então, quero aproveitar novamente essa oportunidade para cobrar agilidade. Nós até reconhecemos as dificuldades dos vários partidos, que têm que fazer composições, negociar politicamente, mas o tempo está passando e já está começando a prejudicar o serviço e a população.

Então, expressamos essa preocupação, em nome da sociedade catarinense, em nome de um grande número de pessoas

que nos procurou neste final de semana dizendo que temos que resolver esse problema. E a nossa função, como Oposição, como líder do Partido dos Trabalhadores, é trazer essa preocupação, esse pedido, essa reivindicação a esta tribuna, para que o líder do governo a encaminhe ao governador, a fim de que seja solucionada.

Sr. presidente, amanhã vamos enumerar alguns dados sobre a falta de estrutura, e fornecimento de energia elétrica, a falta de capacidade para o fornecimento de energia, porque temos recebido várias reclamações de vereadores, de lideranças e de prefeitos de várias regiões do estado, como o alto vale do Itajaí e o planalto norte.

Rodei pelo planalto norte, sr. presidente, e muitos agricultores vieram reclamar sobre suas perdas na produção de fumo devido à falta de energia. Depois do fumo colhido, do trabalho sofrido, o agricultor perde a produção. Um fumo que poderia ser de boa qualidade, torna-se um produto ruim e isso representa um grande prejuízo porque é provável que todo o estoque que está na estufa tenha que ser jogado fora.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte, já que levantei essa questão na tribuna hoje?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Já existe, para a região de Papanduva, um programa, um investimento no valor de R\$ 30 milhões, mas não de uma só vez.

Nós já fizemos uma audiência pública naquele município, com a participação dos vereadores e da comunidade, no ano passado, ocasião em que chamamos também os técnicos, que nos disseram que o programa será iniciado pela Celesc ainda este ano, ou seja, uma nova rede elétrica implementada.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Abordarei esse tema nesta Casa no dia de amanhã, trazendo, inclusive, documentos e dados. No mais, quero deixar essa questão registrada e dizer que mais uma vez estamos nessa cobrança porque somos representantes da população. Sentimo-nos honrado em estar entre os 40 deputados que hoje representam a sociedade catarinense e por isso temos que trazer à tona as informações para debate, porque as pessoas nos cobram, querem uma resposta do deputado, querem ajuda para resolver algumas questões.

Muito obrigado, sr. presidente, sras. e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Joinville, em homenagem à passagem dos 100 anos da Associação Empresarial de Joinville - Acij.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO SOLENE

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JOINVILLE NA

PASSAGEM DOS SEUS 100 ANOS

SOLICITAÇÃO DEPUTADO DARCI DE MATOS

SUMÁRIO

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Afirma que a história da Acij se confunde com a de Joinville e ressalta a sua contribuição para o desenvolvimento do município e região.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Destaca a importância da Acij para a sociedade do norte do estado.

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Agradece a homenagem de reconhecimento e incentivo à Acij e discorre sobre a história da entidade.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Ressalta a importância do empresariado joinvilense e da Acij.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Antes de dar início à sessão, gostaria de justificar a ausência do presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, em decorrência do mau tempo. O nosso presidente chegou a decolar de Florianópolis, mas teve que retornar pela impossibilidade do pouso da aeronave em Joinville.

Assim, como segundo-vice-presidente do Parlamento catarinense, daremos seguimento à sessão com a mesma responsabilidade e respeito que teria o presidente.

Convido as seguintes autoridades para comporem a mesa da presente sessão solene:

Senhor Carlos Rodolfo Schneider, presidente da Associação Empresarial de Joinville - Acij;

(Palmas)

Senhor Eduardo Dalbosco, secretário de Planejamento de Joinville, que neste ato representa o prefeito Carlito Merss;

(Palmas)

Professor Paulo Ivo Koehntopp, magnífico reitor da nossa Univille;

(Palmas)

Deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a realização desta sessão solene, nosso companheiro da Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Deputado Kennedy Nunes, também companheiro da Alesc.

(Palmas)

Senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação do deputado Darci de Mato e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Associação Empresarial de Joinville, pela passagem do seu centenário.

Queremos agradecer a presença das seguintes personalidades:

Senhor Rodrigo Fallgatter Thomazi, secretário de Integração e Desenvolvimento Econômico de Joinville;

Tenente-coronel Edivar Antônio Bedin, comandante do 8º Batalhão da Polícia Militar de Joinville;

Senhor Moacir Tomazi, presidente da Sociedade de Bombeiros Voluntários deste município;

Senhor Raulino Rosskamp, ex-deputado estadual e membro da Sociedade Cultural Alemã em Joinville;

Senhor Silvano Silva, diretor regional da RIC-Record desta cidade;

Senhor Bruno Watté, diretor regional da RBS de Joinville;

Vereador Odir Nunes da Silva, presidente da Câmara Municipal de Joinville, a quem solicitamos que faça parte da mesa.

(Palmas)

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo barítono Douglas Hahn, acompanhado pela pianista Marilene Ott Sprogis.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Na sequência teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Nós gostaríamos de agradecer ainda a presença de inúmeras personalidades que não foram citadas:

Meu amigo Sérgio Alves, ex-secretário estadual da Fazenda e ex-presidente da Celesc;

Senhores Ninfo König, Nivaldo Nass, ex-presidentes da Acij;

Vereador Patrício Destro, de Joinville; e

Senhor Udo Döhler, cônsul da Alemanha no Brasil, a quem convidamos para também fazer parte da mesa;

(Palmas)

Peço àqueles que não foram citados que se sintam nominados por esta Presidência.

Gostaria de informar aos presentes que o dia de hoje foi bastante complicado para que os demais deputados pudessem estar presentes. Nós, quando saímos de Florianópolis, enfrentamos um verdadeiro dilúvio na estrada e tenho certeza de que se não fosse o inconveniente do tempo os deputados Antônio Aguiar, Silvío Dreveck e outros estariam nesta solenidade.

Convido o sr. deputado Darci de Matos, autor do requerimento que ensejou a presente sessão, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Desejo, com grande alegria e respeito, saudar o segundo-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Nilson Gonçalves, que hoje preside esta sessão representando o presidente, deputado Gelson Merisio.

Faço a minha saudação ao presidente da Acij, Carlos Rodolfo Schneider, que nos recebe tão gentilmente nesta noite.

Saúdo o deputado Kennedy Nunes, que participa desta emblemática sessão solene, tão significativa para todos nós.

Minha saudação ao secretário Eduardo Dalbosco, que representa o prefeito municipal, professor Carlito Merss;

Cumprimento também o presidente do Poder Legislativo Municipal, vereador Osni Nunes da Silva, e na sua pessoa cumprimento os demais vereadores;

Saúdo o magnífico reitor da Univille, Paulo Ivo Koehntopp;

Cumprimento o dr. Udo Döhler, os ex-presidentes da Acij, demais autoridades presentes, imprensa, senhoras e senhores.

Sr. presidente, desejo objetivamente justificar a proposição da realização desta pertinente sessão solene com o objetivo de homenagear esta centenária entidade empresarial, a maior de Santa Catarina, a mais atuante, a mais organizada, a mais empreendedora, a Acij.

Essas foram as razões que me levaram a propor a realização desta sessão, cujo requerimento foi aprovado por unanimidade, tendo à frente os deputados que representam Joinville e a região: Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes.

Essa é uma forma de o Parlamento catarinense dizer a Joinville, dizer à Acij, presidente Carlos Rodolfo Schneider, que queremos estar junto defendendo as bandeiras que essa instituição defende todos os dias, em todos os momentos. É uma forma de dizer que estamos apoiando, que queremos elogiar, que queremos incentivar essa instituição que se confunde com a história de Joinville, que tem a cara de Joinville, porque é empreendedora, organizada, ousada, corajosa. É uma entidade que mantém desde a criação, há 100 anos, quando a cidade não tinha mais do que 25 mil habitantes, conforme vimos no excepcional vídeo aqui exibido, os mesmos objetivos: o objetivo econômico, certamente, para dar apoio às empresas que se estavam organizando à época, mas também o objetivo social, cuidando da energia elétrica, do saneamento, da qualidade de vida do cidadão joinvilense.

E o importante, presidente Nilson Gonçalves, disso tudo é que a Acij manteve essa chama acesa. A Acij se transformou num palco de grandes decisões para Joinville e para a região. A Acij, através de todas as direções, mas principalmente através das mais recentes, encabeçadas pelo dr. Udo Döhler e pelo dr. Carlos Rodolfo Schneider, ajudou a consolidar grande ações em toda a região. A Acij capitaneou uma ação contra a transformação da unidade de conservação da nossa baía da Babitonga; a Acij foi mola propulsora para a vinda da UFSC para Joinville, fato relevante para a nossa cidade; a Acij lançou o Feirão do Imposto - e está aqui o seu padrinho -, que foi copiado por cidades do Brasil inteiro.

Trata-se, então, de uma instituição pedagógica, importante para todos nós, pois foi na Acij que surgiu o maior evento de recursos humanos do sul do Brasil, a Ecogestão, por meio da Acij Jovem, que o governo do estado vai continuar apoiando - e já estivemos tratando disso com o governador Raimundo Colombo.

Há dias o governador acompanhou, em São Paulo, uma explanação que o dr. Carlos Schneider fez do projeto Brasil Eficiente e gostou muito, porque propõe novas atitudes, nova postura por parte dos gestores públicos do Brasil. E aqui fazemos um *mea culpa*, porque precisamos mudar, implementar ações para que o poder

público possa dar respostas imediatas à comunidade.

Enfim, tudo o que estamos fazendo hoje, nesta sessão solene, deputado Nilson Gonçalves, significa muito pouco diante de tudo aquilo que a Acij já fez e ainda fará por Joinville.

Assim, quando assistimos ao vídeo ficamos todos emocionados, porque Joinville, hoje, é a terceira maior cidade do sul do Brasil, detém o 13º IDH do país, é responsável por 1,6% das exportações do Brasil e por 25% das exportações de Santa Catarina.

Todas essas conquistas vieram depois de muito suor, de muita luta, de muito sangue, de muito trabalho e muitas vezes nos esquecemos da história. Nós precisamos lembrar a história e reconhecer o trabalho daqueles que nos antecederam nesta cidade formidável que é Joinville.

Portanto, parabéns à Acij, parabéns a todos e que possamos continuar unidos trabalhando, lutando em prol de Joinville, do norte e, sobretudo, de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Prezado presidente desta sessão solene, deputado Nilson Gonçalves, e cumprimentando o presidente da Acij, Carlos Rodolfo Schneider, cumprimento os demais membros da mesa.

A história da Acij meio que se confunde com a história de Joinville e vice-versa. Quando a imprensa me perguntou qual a importância desta sessão e por que a Acij é comparada a um jequitibá, eu disse que é pela característica da nossa cidade, por sermos uma cidade industrial e porque a entidade não se transformou num clubinho, nem numa entidade que divide o capital e o trabalho. Muito pelo contrário, a Acij se transformou no grande palco das decisões e soluções para a cidade.

Na verdade, a Acij foi assim desde o seu início, como vimos no vídeo, pois surgiu da necessidade de garantir energia elétrica. Depois incorporou o viés social e voltou-se para a construção de um posto de saúde não para atender aos seus empregados, mas aos moradores de Joinville. Depois, começou a aparecer não somente na questão da garantia dos direitos dos seus associados e do lado social.

E lembro-me muito bem do saudoso Edgard Meister, que na sua presidência implementou a campanha: Vote certo, vote por Joinville, campanha que deu excelentes resultados, porque naquele momento acreditava a Acij que por conta da cidade receber tantas pessoas de fora, tinha necessidade de trabalhar um pouco mais o bairrismo, a fim de aumentar a sua representatividade tanto na Assembleia Legislativa quanto no Congresso Nacional.

Vale lembrar que as ações da Acij repercutem, reverberam, em todo o estado, porque depois outras entidades adotaram essa campanha, brigando em favor de suas regiões. E, cá entre nós, isso nos prejudicou bastante na hora de buscar votos lá fora, mas Joinville é um celeiro, tem votos para todos e o compromisso dos representantes que saem daqui é com a sua gente.

Quero parabenizar a Associação Empresarial de Joinville pela visão de não somente defender os interesses dos seus associados, de não somente cuidar das pessoas, mas também ter a visão política, presidente, de cuidar da sua representatividade.

Entendo que os eleitos por Joinville - e cito este que lhes fala e os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, além dos deputados federais Marco Tebaldi e Mauro Mariani e dos senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer - precisam

estar muito afinados, precisam ser muito parceiros.

Quando eu estava chegando aqui, esta noite, alguém me disse que era muito bom me ver e que precisava me ver mais vezes. E é verdade! Porque ficamos muito nas comunidades e esquecemo-nos de passar pela Acij. Eu me penitencio em relação a isso e quero melhorar, porque se nós lidamos com as necessidades das pessoas, coisa que também é uma preocupação dessa entidade, e temos a força política, temos que trabalhar em parceria contínua.

Estava conversando há pouco com o dr. Udo Döhler acerca de uma luta que vimos empreendendo desde que ele era presidente da Acij, qual seja, criamos uma rubrica no Orçamento do estado para a manutenção dos Bombeiros Voluntários e Civis em Santa Catarina, para que eles não mais dependam de convênios e da boa vontade do governo para continuar trabalhando.

Essa é uma luta que precisamos manter. Ainda na semana passada, quando estive em audiência com o governador Raimundo Colombo, falava-lhe e também para o secretário Ubiratan Rezende que precisamos ter na Lei Orçamentária Anual uma rubrica que garanta recursos para as corporações de bombeiros voluntários e civis. Eu entendo que é possível, uma vez que cada vez mais estamos convivendo com tragédias. Por isso, a criação de um fundo de emergência se faz necessário, mas um fundo mais ágil, como existe nos Estados Unidos.

A nosso pedido, a Assembleia Legislativa - e os deputados Darci de Matos e Nilson Gonçalves também aprovaram - aprovou a criação da comissão permanente de Defesa Civil, porque entendemos que o Poder Legislativo não pode ficar à mercê, de carona, de ações individuais nos momentos de tragédia. Acho que com essa comissão poderemos segurar com mais força a bandeira da criação do fundo de emergência para os Bombeiros Voluntários e Civis, da forma como os Bombeiros Militares já possuem.

Parabenizo, então, a nossa Acij, pelos 100 anos e que o tempo dê aos associados dessa instituição uma sombra de conforto e de proteção. Que Deus continue abençoando os membros da Acij, que fazem o coração da entidade bater.

Muito obrigado a todos vocês!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Convido o mestre-de-cerimônias Washington Luis Mignoni para discorrer sobre a homenagem.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - A Associação Empresarial de Joinville com 100 anos de existência, é uma das entidades de maior representação no município e no estado de Santa Catarina.

A associação tem por objetivo maior o fortalecimento das empresas da região, através de um trabalho que visa ao desenvolvimento da economia como forma de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da comunidade onde se insere.

Tem como slogan: "Sua empresa mais forte".

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Empresarial de Joinville, pela passagem do seu centenário promovendo a integração, o desenvolvimento empresarial e social, estimulando a livre iniciativa, o associativismo e a união dos associados, na prática de ações que beneficiam a sociedade como um todo, fortalecendo o segmento empresarial de Santa Catarina.

100 anos plantando investimento, colhendo progresso!

Convido o sr. deputado Nilson Gonçalves, segundo-vice-presidente da Assembleia Legislativa, acompanhado dos srs. deputado Darci

de Matos e Kennedy Nunes, para fazerem entrega da homenagem à Associação Empresarial de Joinville, representada neste pelo sr. Carlos Rodolfo Schneider, seu presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Convido para fazer uso da palavra o sr. Carlos Rodolfo Schneider, presidente da Acij - Associação Empresarial de Joinville.

O SR. CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - Gostaria de cumprimentar o deputado Nilson Gonçalves, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio.

Cumprimento o deputado Darci de Matos, proponente desta homenagem, e o deputado Kennedy Nunes.

Cumprimento também o secretário Eduardo Dalbosco, representando neste ato o prefeito municipal.

Cumprimento o vereador Odir Nunes da Silva, presidente da Câmara Municipal de Joinville.

Cumprimento ainda o magnífico reitor da Univille, Paulo Ivo Koehntopp, as demais autoridades presentes, os ex-presidentes da Acij, os srs. conselheiros, os associados, os representantes da imprensa, os funcionários, as senhoras e os senhores.

(Passa a ler.)

"Vou iniciar a minha mensagem citando três parágrafos do livro em comemoração aos 100 anos da Acij, que será lançado nas próximas semanas.

Em 1911, quando é criada a Associação Comercial de Joinville, a cidade estava completando 60 anos de fundação. Com cerca de 25 mil habitantes, era uma cidade pulsantemente moderna, em franca expansão socioeconômica, com muitas e diversificadas empresas, sendo ainda destino de muitos imigrantes.

Por outro lado, guarda estreitos laços com a colônia que fora até pouco tempo, especialmente pelas suas características urbanas de aspecto bucólico e arquitetura típica, onde pontuam o enxaimel e os paiolões de cobertura inclinada até quase tocar o chão, ruas de terra e veículos de tração animal.

Vivendo os efeitos da dinâmica administração 1910/1914, do superintendente Procópio Gomes de Oliveira, que pela segunda vez governa o município, Joinville ostenta traços de modernidade. Desde 29 de janeiro de 1911, conta com o serviço de bondes urbanos puxados a burros, oferecido pela Empresa Ferro Carril. Já em 28 de outubro do mesmo ano é a vez da cidade ganhar o seu primeiro cinema permanente, o Cine Guarany. Em 1911, Joinville é a terceira cidade catarinense em importância econômica, ficando atrás de Florianópolis e Blumenau.

Tomando-se por base a arrecadação de impostos de capital, em 1910, Joinville, com 26:209\$00 réis arrecadados pela sua coletoria, está atrás de Blumenau (41:412\$000 réis) e de Lages (35:417\$000 réis), conforme dados da Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos à Assembléia em 1911. Onde se deduz que a incontestável liderança econômica e arrecadatória de Joinville é uma conquista posterior a 1911, com a qual contribuiu decisivamente a própria Associação Comercial e Industrial.

A Associação Comercial e Industrial de Joinville, hoje Associação Empresarial de Joinville, foi fundada em 16 de fevereiro de 1911, quando a cidade contava com 25 mil habitantes. Nasceu da preocupação com questões de impostos.

Em 5 de novembro de 1926, a Associação Comercial foi reconhecida, em Joinville e no estado, como de utilidade pública. No ano seguinte, aconteceu a fusão com a Associação dos Varejistas e com o Centro Industrial de Joinville.

A partir daí a Acij ganharia a força e o *status*, mantidos até hoje, de uma das entidades mais representativas e atuantes de Santa Catarina.

Através de suas ações e trabalho ajudou a construir a história de Joinville, envolvendo-se sempre nas principais questões comunitárias, como disponibilidade de infraestrutura, qualidade dos serviços públicos, carga tributária e demais fatores que impactam na qualidade de vida da população.

E cada vez mais tem marcado presença em questões que ultrapassam os limites do município, buscando contribuir com os destinos do nosso estado e do nosso país, o que nos levou, inclusive, a reescrever a missão e a visão da entidade.

A nossa missão é a seguinte:

'Contribuir para o aumento da competitividade das empresas associadas; para a busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade; e na discussão das grandes causas que possam impactar o ambiente de negócios e a segurança das instituições.'

Sua visão está assim colocada:

'Ser reconhecida entre os associados pela sua representatividade e pela qualidade dos serviços prestados; e na comunidade, no estado e no país, pela contribuição no encaminhamento de assuntos relevantes.'

Esta seção solene da Assembléia Legislativa de Santa Catarina faz parte das comemorações destes 100 anos de conquistas. Porque entendemos que, respeitada a necessária independência entre os poderes, mais do que nunca devemos ser parceiros: Legislativo, Executivo, Judiciário, empresários E sociedade civil. Parceiros para aproveitarmos um bom momento do país, e não perdermos mais uma oportunidade.

Enquanto o otimismo tem o poder de multiplicar a nossa capacidade de enfrentar dificuldades, o excesso dele leva ao risco de subestimarmos os desafios que sabemos ainda existirem.

Se por um lado, o país inegavelmente avançou em várias frentes nos últimos anos, por outro, temos que ter a consciência de que nos faltam bases estruturais para um crescimento acelerado sustentável e duradouro. As grandes reformas, sempre pregadas e nunca enfrentadas com suficiente vontade política, são uma lição de casa a fazer, que continua a nos separar de um quadro de desenvolvimento consolidado.

Para reduzir o custo/Brasil e com isso alavancar a competitividade das nossas empresas e da nossa economia, a Acij lançou dois projetos de grande envergadura, apoiados por dezenas de entidades empresariais e não empresariais de todo o país, que buscam o aumento da eficiência da gestão pública, a potencialização dos investimentos e do crescimento do país.

O Prêmio Municípios que Fazem Render

Mais e o Movimento Brasil Eficiente são a nossa contribuição a essa parceria, em que o poder público realmente esteja a serviço do público, a sociedade cumpra com as suas obrigações civis e os empresários, em particular, sejam o instrumento de geração de riquezas, que permitam à população uma vida melhor.

O Prêmio Municípios que Fazem Render Mais se destina a reconhecer e estimular as boas práticas de gestão municipal nos três estados do Sul e é uma parceria com o Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas e entidades empresariais dos três estados do sul do Brasil.

Tivemos a primeira premiação no mês de novembro de 2010 - e Joinville foi um dos municípios destacados - e teremos a segunda edição neste ano, agora com a participação também do estado de São Paulo.

Moveu-nos para a criação desse prêmio a convicção de que é na melhora da gestão pública que reside o maior potencial para o crescimento da competitividade do país e, por conseguinte, das suas empresas.

O Movimento Brasil Eficiente é um esforço que reúne o setor produtivo nacional, federações empresariais, empresas de segmentos variados e a sociedade civil em torno de uma proposta de reformulação fiscal, que garanta ao país um crescimento econômico sustentável, consistente, constante e acelerado. Sem qualquer vinculação político-partidária, o Movimento traça para os brasileiros um roteiro de ação capaz de conduzir o crescimento econômico e a geração de empregos à média decenal de 6% ao ano, praticamente dobrando a renda *per capita* da população em 2020 e propiciando um Brasil de bônus em 2030.

Gostaria, por fim, de prestar uma justa homenagem a todos aqueles que ajudaram a construir essa história de 100 anos: os associados e os conselheiros; os ex-presidentes, os ex e atuais vice-presidentes e diretores, os ex e atuais funcionários, que têm dado muito de si à entidade; os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas três esferas, que têm apoiado as ações da Acij; a imprensa, que tem sido grande parceira; e a comunidade de Joinville e região com quem pudemos dividir a alegria de muitas conquistas.

Um agradecimento especial à Assembléia Legislativa do nosso estado, particularmente ao seu presidente, deputado Gelson Merisio, ao deputado Darci de Matos, ao deputado Nilson Gonçalves, que gentilmente está presidindo os trabalhos, e ao deputado Kennedy Nunes, que prestigia este momento, pela honrosa deferência à Associação Empresarial de Joinville."

Muito obrigado e que tenhamos outros 100 anos muito profícuos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Normalmente, ao encerrar a sessão solene, o presidente faz um pequeno discurso.

Mas depois de ouvirmos os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes e, especialmente, o dr. Carlos Rodolfo Schneider, quase nada temos a acrescentar.

Entretanto, quero tão-somente tomar mais um tempinho de todos para dizer que o deputado Darci de Matos foi muito feliz quando teve esta iniciativa, porque poderíamos ter feito o requerimento, obtido a aprovação dos demais deputados e enviado à Acij. No entanto, foi o nosso colega quem teve a iniciativa de realizar uma sessão solene para marcar definitivamente o respeito e o carinho que o Parlamento de Santa Catarina tem pela Acij.

Eu não gosto muito de filosofar, até porque não sou muito do ramo, mas há um ditado que me acompanha desde a juventude, que diz que é preferível arriscar grandes coisas sujeito a perder grandes coisas do que fazer como os pobres de espírito, que não ganham nem perdem nada durante toda sua vida.

Eu cito isso porque às vezes escuto certos colegas tratando, na Alesc, o empresário como se fosse inimigo, tratando o empresário como se ele fosse inimigo da sociedade. Quando você analisa essas pessoas que falam isso, percebe que elas nunca tentaram nada, nunca arriscaram nada em suas vidas e por isso não sabem o que é a atividade empresarial, não sabem que para ser empresário neste país é preciso arriscar, é preciso ter coragem para arriscar, podendo perder tudo ou ganhar.

Nós temos esse sentimento, mas muitos não o têm, não entendem que o empresário é a alavanca de tudo o que se tem neste país. Se existe o emprego, se existe o bem-estar é porque alguém arriscou a abrir uma empresa, alguém arriscou sua própria pele para gerar riqueza.

Por isso me rendo aos senhores, a esta casa, muito embora não tenha o hábito de frequentá-la, mas tenho o mais profundo respeito porque foi daqui, no meu modo de entender, que saíram os dois melhores prefeitos de Joinville: Nilson Bender e Wittich Freitag.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo barítono Douglas Hahn, acompanhado da pianista Marilene Ott Sprengtis.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no Salão de Eventos Tigre. E antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 032/2011

REFERENTE: 6º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 035/2008-00, celebrado em 16/06/2008.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Sandra Regina Tavares Meireles Me- Café e Cia

OBJETO: O presente instrumento as partes consideram "apostilado" o reajuste contratual previsto no termo original, reconhecendo o incremento de 6,78% (seis vírgula setenta e oito por cento)

correspondente à variação do IGPM (FGV) apurado no período de julho de 2008 a junho/2010, com eficácia a partir da competência de 1º de fevereiro de 2011, inclusive, passando o valor global do contrato de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$ 106.784,86 (cento e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais e seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Cláusula Terceira, Item 3.5 do Contrato original e; Autorização Administrativa. Florianópolis, 22 de fevereiro de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Sandra Regina de Oliveira- Proprietária

*** X X X ***

EXTRATO Nº 033/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 011/2011, celebrado em 17/02/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina
 OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico com 6 m² na 12ª Feira da Melancia que acontecerá no município de Curitibaanos no período de 18 a 20 de fevereiro de 2011, incluindo:

- fixação de *banner* institucional;
- cessão de espaço físico e instalação de stand;
- utilização de símbolo/logomarca institucional;
- divulgação e distribuição de material institucional.

VIGÊNCIA: 18 a 20 de fevereiro de 2011.
 VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 005/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 003/2011; Florianópolis, 17 de fevereiro de 2011.
 Deputado Gelson Merisio - ALESC.
 Álvaro Santin- Presidente

*** X X X ***

EXTRATO Nº 034/2011

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL nº 005/2011, celebrado em 17/02/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: Cooperativa Central de Reforma Agrária de Santa Catarina (CCA/SC)
 OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico com 6 m² na 12ª Feira da Melancia que acontecerá no município de Curitibaanos no período de 18 a 20 de fevereiro de 2011, incluindo:

- fixação de *banner* institucional;
- cessão de espaço físico e instalação de stand;
- utilização de símbolo/logomarca institucional;

divulgação e distribuição de material institucional.
 VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
 VIGÊNCIA: 18 a 20 de fevereiro de 2011.
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 003/2011.
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).
 Florianópolis, 17 de fevereiro de 2011.
 Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 688, de 28 de fevereiro de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANA LÚCIA MALHEIRO BAGATINI**, matrícula nº 6129, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 689, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VANESSA CRISTIANE SCHULTZ, matrícula nº 5885, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-54, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 690, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **HUMBERTO GERALDO REOLON**, matrícula nº 4220, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do

Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 691, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **ANTONIO FELIX DE SOUZA AMORIM NETO**, matrícula nº 4696, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Liderança do PP).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 692, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **VALDETE INES PAULI MAY**, matrícula nº 5671, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Luiz Eduardo Chereem).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 693, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **IVAN PINTO**, matrícula nº 6619, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Ismael dos Santos).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 694, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR IVAN PINTO, matrícula nº 6619, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Ismael dos Santos).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 695, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ELIANE BOEING**, matrícula nº 6573, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Neodi Saretta).
 Nazarildo Tancredo Knabben
 Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 696, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIANE BOEING, matrícula nº 6573, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (DL - CC - Comissão de Turismo e Meio Ambiente).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 697, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **SANDRO ADEMAR RODRIGUES**, matrícula nº 6118, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 698, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVANDER ADERCI TOMAZI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 699, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JAQUES RONEY SEBOLD, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 700, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANDRÉ RUAS DE AGUIAR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Angela Albino).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 701, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AILSON FRANCISCO VELHO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 702, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JEFERSON RODRIGUES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 703, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR DAYAN GAULTYER SCHUTZ, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Mauro de Nadal).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 704, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, CARLOS ANTONIO DOS SANTOS, que se encontra em fruição de férias por trinta dias, a contar de 01 de março de 2011 (DF - Coordenadoria de Contabilidade).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretora Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 705, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor **RUI BUSSULO**, matrícula nº 3441, nomeado pela Portaria nº 153, de 01 de fevereiro de 2011, fazendo constar como sendo **RUI BUSSOLO**.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 706, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Marcos Vieira **SONIA APARECIDA PEDRINI BORBA**, servidora do Poder Executivo - SEA, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 398, de 10 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 707, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Marcos Vieira **RUBENS JOÃO LAUREANO**, servidor do Poder Executivo - SEA, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 398, de 10 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 708, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na DL - CC - Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia **MARIA NATEL SCHEFFER LORENZ**, servidora do Poder Executivo - SES, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 411, de 11 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 709, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **LUIZ GONZAGA DE LIMA**, matrícula nº 3541, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, no Gabinete do Deputado José Milton Scheffer.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 710, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **DAURA NAVEGANTES MENESES DE AGUIAR**, matrícula nº 1455, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-55, na Diretoria Legislativa.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 711, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **DAURA NAVEGANTES MENESES DE AGUIAR**, matrícula nº 1455, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica Administrativa de Pesquisa e Recebimento de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, **MARIA MARCIA DE MELO BARRETO**, que se encontra em função de licença-prêmio, a contar de 01 de março à 01 de maio de 2011 (DL - Diretoria Legislativa).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 712, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 164/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **MARIA SALETE DE BEM URBAN**, matrícula nº 0599, por 10 (dez) dias, a contar de 18 de fevereiro de 2011.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 713, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1582	Silmara Quintão da Silveira	15	10/02/11	174/11
1592	Mari Angela pauli Custódio	14	14/02/11	165/11
2162	Luis Carlos Paiva Junior	14	14/02/11	167/11
6318	Eduardo Luiz Venturin	60	17/02/11	168/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 714, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0687	Maria Ines Catalano	60	21/01/11	166/11
2137	Emilce Dias Rocha Maria	90	28/01/11	170/11
1369	Marilea Marcon Correa	180	29/01/11	173/11
1848	Ivan Althoff de Medeiros	90	11/02/11	163/11
2004	Julio Cesar de Souza	120	12/02/11	169/11
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	60	13/02/11	172/11
1232	Maria Regina Garcia Pereira	15	16/02/11	171/11
1353	Walma Correa Santa Rita	60	21/02/11	175/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 715, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
0762	Ivan Jose Krieger	15/01/06 14/01/11	0041/2011
1989	Guilhermina Marisa dos Santos Engel	03/01/06 02/01/11	0099/2011
1842	Beatriz Campos Elias Acorsi	10/11/04 29/12/10	0100/2011
0938	Vanio Cardoso Darella	16/01/06 15/01/11	0101/2011
1083	Julio Cesar Silva	10/01/06 09/01/11	0102/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 716, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Eron Jose Kuster	3635	6%	6%	01/02/11	0056/2011
Eron Jose Kuster	3635	3%	9%	09/02/11	0056/2011
Teresinha Bloemer Pickler	2094	3%	27%	03/02/11	0111/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 717, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR HUMBERTO GERALDO REOLON, matrícula nº 4220, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de março de 2011 (Gab Dep Romildo Titon).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 718, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **FABIO LUIS FERRI**, matrícula nº 5159, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de março de 2011 (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 719, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARTA HELENA SUZIN MARINI FERRI, matrícula nº 2942, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Moacir Sopelsa).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 720, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEONARDO DE OLIVEIRA GARCIA, matrícula nº 6478, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de fevereiro de 2011 (Gab Dep Reno Caramori).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 721, de 28 de fevereiro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário **EDELSON ELIAS DA SILVA**, servidor do Poder Executivo - PGE, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 409, de 11 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/11**

Altera os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

Art. 1º Os Anexos III-B e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO III - B

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....	PL/FC
.....
Chefia da Secretaria de Comissão Permanente		3	14
.....

(NR)

ANEXO IX - C

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	16	1

(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Gelson Merísio - Presidente
Deputado Reno Caramori - Secretário

Lido no Expediente
Sessão de 17/02/11

JUSTIFICATIVA

Em cumprimento ao art. 375 do Regimento Interno, a presente proposição objetiva adequar os serviços administrativos do Poder Legislativo para o fiel cumprimento das disposições regimentais, submetendo à elevada consideração de Vossas Excelências matéria tendente a dar nova redação aos Anexos III-B e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

A medida dotará a Comissão de Defesa Civil de estrutura administrativa equivalente à das demais Comissões Permanentes, por meio da criação do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, e da função de confiança de Chefia da Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, ambos do Quadro Pessoal desta Casa Legislativa.

Assim sendo, a Mesa solicita aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

*** X X X ***

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO Nº 001, de 24 de fevereiro de 2010**

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea “k” do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XV ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

“Art. 27.....
XV - Comissão de Defesa Civil.”

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção XV ao Capítulo IV do Título III, e o art. 85-A ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 2008, com a seguinte redação:

“Seção XV

Da Comissão de Defesa Civil

Art. 85 -A. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa Civil:

I - fiscalizar as ações da Secretaria de Estado da Defesa Civil no que concerne a seus órgãos de defesa civil:

- Departamento Estadual de Defesa Civil; e
- Conselho Estadual de Defesa Civil;

II - debater e aprimorar programas de defesa permanente contra calamidades públicas e situações de emergência; e

III - colaborar com a atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou

comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado.”

Art. 3º Fica suprimido o inciso IV do art. 74 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de fevereiro de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 002, de 24 de fevereiro de 2010

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea “k” do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 15 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 15. Os Gabinetes de Deputado, de Mesa, de Liderança e de Comissão Permanente contarão com assessorias próprias constituídas de cargos de provimento em comissão pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar.

§ 1º O índice de quota máxima atribuída aos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, fica limitado ao valor total estabelecido para idêntica finalidade aos servidores do quadro de Secretários Parlamentares da Câmara Federal.

§ 2º O reajustamento do índice de quota, observado o limite estabelecido no parágrafo anterior, e a fixação do quantitativo dos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB dar-se-ão por Ato da Mesa.

§ 3º O índice de cota máxima dos cargos de provimento em comissão mencionados nos Anexos IX-B, IX-C e IX-E, desta Resolução, pertencentes ao Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar, será atualizado por Ato da Mesa na mesma data e proporção em que ocorrer a atualização do índice de quota dos cargos de Secretário Parlamentar - PL/GAB.” (NR)

Art. 2º Os Anexos II-C, III-B, IX-B, IX-C, IX-D e IX-E da Resolução nº 002, de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Resolução.

Art. 3º Ficam acrescidos os Anexos VII-E e IX-F à Resolução nº 002, de 2006, na forma dos Anexos VII e VIII desta Resolução.

Art. 4º A denominação do Anexo VI, da Resolução nº 002, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“TABELA DE ÍNDICE DE VENCIMENTOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO” (NR)

Art. 5º O valor referencial de vencimentos estabelecido no art. 1º,

ANEXO III

(Altera o Anexo IX-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

“ANEXO IX - B

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR					
GRUPO DE ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO MÁXIMO DE CARGO POR GABINETE	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR GABINETE	
ASSESSOR DE DEPUTADO DA MESA	PL/GAM	01 a 75	Presidência	07	104,8043
			1ª Vice-Presidência	03	31,0772
			2ª Vice-Presidência	03	31,0772
			1ª Secretária	03	31,0772
			2ª Secretária	03	31,0772
			3ª Secretária	03	31,0772
			4ª Secretária	03	31,0772

” (NR)

ANEXO IV

(Altera o Anexo IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

“ANEXO IX - C

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE LIDERANÇA					
GRUPO DE ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO DE DEPUTADOS NA LIDERANÇA	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR LIDERANÇA	
ASSESSOR DE LIDERANÇA	PL/GAL	01 a 75	1	3	14,2166
			2	4	28,4332
			3	5	42,6499
			4	6	56,8665
			5	7	71,0832
			6	8	85,2928
			7	9	99,5164
			8	10	113,7331
			9	11	127,9497
			Acima de 10	12	142,1614

” (NR)

caput, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, fica fixado no valor de R\$ 296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para os cargos de provimento em comissão mencionados nos Anexos IX-B, IX-C e IX-E da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 6º Ficam revogados a Resolução nº 006, de 21 de fevereiro de 2006, o parágrafo único do art. 1º da Resolução nº 008, de 30 de setembro de 2009 e o art. 6º da Resolução nº 013, de 22 de dezembro de 2009.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2011.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de fevereiro de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

ANEXO I

(Altera o Anexo II-C da Resolução nº 002, de 2006, modificado pela Resolução nº 013, de 22 de dezembro de 2009)

“ANEXO II - C

QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EM COMISSÃO GRUPO DE ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO PARLAMENTAR - PL/GAP		
DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	NÍVEIS
Assessor de Comissão Permanente	PL/GAC	59
Assessor de Deputado de Mesa	PL/GAM	01 a 75
Assessor de Liderança	PL/GAL	01 a 75
Secretário do Colegiado de Bancada	PL/GAS	01 a 75
Secretário Parlamentar	PL/GAB	01 a 75

” (NR)

ANEXO II

(Altera o Anexo III-B da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

“ANEXO III - B

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....	PL/FC
.....
Chefia da Secretaria de Comissão Permanente	3	14
Assistência Técnica de Comissão Permanente	2	16
.....

” (NR)

ANEXO V

(Altera o Anexo IX-D da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

"ANEXO IX - D

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	16	1

" (NR)

ANEXO VI

(Altera o Anexo IX-E da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

"ANEXO IX-E

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO MÁXIMO DE CARGO	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA
SECRETÁRIO DO COLEGIADO DE BANCADA	PL/GAS	01 a 75	10	168,5424

" (NR)

ANEXO VII

(Acresce o Anexo VII-E à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

"ANEXO VII-E

TABELA DE ÍNDICE DE VENCIMENTOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	
NÍVEL	ÍNDICE DE VENCIMENTOS
01	1,6863
02	1,7441
03	1,8039
04	1,8658
05	1,9298
06	1,9959
07	2,0644
08	2,1352
09	2,2084
10	2,2841
11	2,3624
12	2,4434
13	2,5272
14	2,6139
15	2,7035
16	2,7962
17	2,8992
18	2,9912
19	3,0938
20	3,1999
21	3,3096
22	3,4231
23	3,5405
24	3,6619
25	3,7875
26	3,9173
27	4,0517
28	4,1906
29	4,3343
30	4,4829
31	4,6366
32	4,7956
33	4,9600
34	5,1301
35	5,3060

36	5,4879
37	5,6761
38	5,8708
39	6,0721
40	6,2803
41	6,4956
42	6,7184
43	6,9487
44	7,1870
45	7,4334
46	7,6890
47	7,9527
48	8,2253
49	8,5074
50	8,7991
51	9,1008
52	9,4129
53	9,7356
54	10,0695
55	10,4147
56	10,7718
57	11,1412
58	11,5232
59	11,9183
60	12,3270
61	12,7498
62	13,1871
63	13,6394
64	14,1072
65	15,0901
66	15,6077
67	16,1430
68	16,6967
69	17,2694
70	17,8617
71	18,9334
72	20,0694
73	21,2735
74	22,5499
75	23,9029

" (NR)

ANEXO VIII

(Acresce o Anexo IX-F à Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006)

"ANEXO IX - F

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS E ÍNDICE MÁXIMO DE COTAS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEIS	NÚMERO MÁXIMO DE CARGO POR GABINETE DE DEPUTADO	ÍNDICE DE COTA MÁXIMA POR GABINETE
SECRETÁRIO PARLAMENTAR	PL/GAB	01 a 75	22	202,3267

" (NR)

*** X X X ***